



J. ESPINHO  
49

# REVISTA MUNICIPAL

NÚMERO 47 4.º TRIMESTRE

1950

PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

PREÇÁRIO DA REVISTA

|  |        |
|--|--------|
| Preço avulso .....                             | 12\$50 |
| Números duplos .....                           | 20\$00 |
| Assinatura (por cada série de 4 números) ..... | 40\$00 |



DEPOSITARIO GERAL

Grupo «Amigos de Lisboa» — Rua Garrett, 62, 2.º — Telef. 2 6711



CORRESPONDENCIA

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa  
Rua da Boa Vista, n.º 3 — Telef. 3 2174



# REVISTA MUNICIPAL

D I R E C Ç Ã O  
DR. JAIME LOPES DIAS

•  
ASSISTÊNCIA GRÁFICA  
JOSÉ ESPINHO

•  
DESENHOS DE  
SEBASTIÃO RODRIGUES,  
ROSA DUARTE,  
JOSÉ ESPINHO  
E CARLOS RIBEIRO

•  
CAPA DE JOSÉ ESPINHO

# SUMÁRIO

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| L U I S D E Q U A D R O S       | <i>O II CONGRESSO DAS CAPITALS</i>   |
|                                 | <i>A VISITA DO PRESIDENTE DO MUNICIPIO DE LISBOA À CIDADE DE MADRID</i>                  |
|                                 | <i>HOMENAGEM DE LISBOA À CIDADE DE MADRID</i>  |
|                                 | <i>MONUMENTO A FERNÃO DE MAGALHÃES</i>   |
|                                 | <i>CENTENARIO DE GUERRA JUNQUEIRO</i>  |
|                                 | <i>AS CERIMÓNIAS DO 803.º ANIVERSARIO DA TOMADA DE LISBOA AOS MOUROS</i>                 |
| E D U A R D O D E N O R O N H A | <i>O ÚLTIMO MARIALVA</i>   |
| J O S É E S P I N H O           | <i>O PAVILHÃO MUNICIPAL NA FEIRA POPULAR E ACTIVIDADE CINEMATOGRAFICA NO ANO DE 1950</i> |
|                                 | <i>S E C Ç Ã O J U R I D I C A</i>   |
|                                 | <i>B I B L I O G R A F I A</i>   |
|                                 | <i>INDICE GERAL DA «REVISTA MUNICIPAL»—N.º 44 A 47—ANO DE 1950</i>                       |



N.º 47 ~ 4.º TRIMESTRE ~ 1950

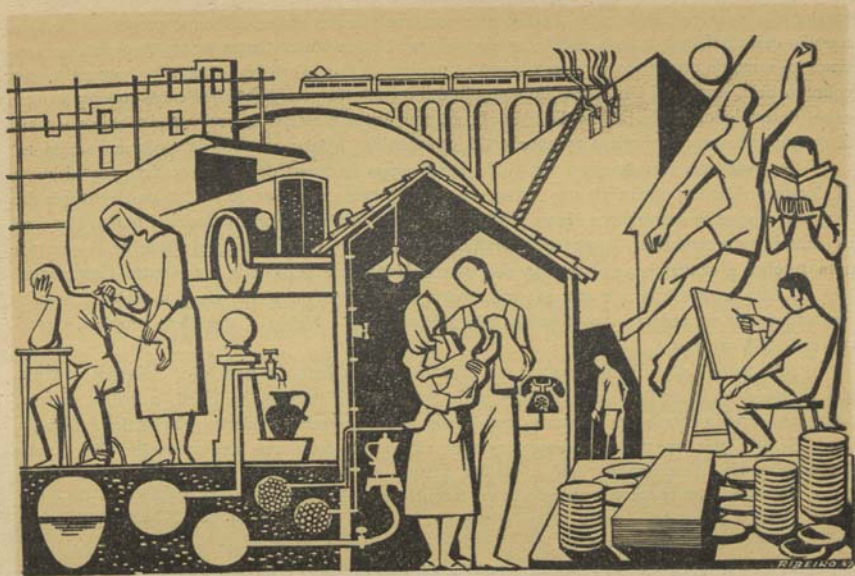


COMPOSTO E IMPRESSO  
NAS OFICINAS GRÁFICAS  
DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA



OS ARTIGOS PUBLICADOS  
NA «REVISTA MUNICIPAL»  
SÃO DA RESPONSABILIDADE  
DOS SEUS AUTORES





# O II CONGRESSO DAS CAPITALAIS

## Sessão inaugural

**E**m cumprimento de resolução do I Congresso das Capitais realizado em Paris, em 1948, efectuou-se, em Lisboa, de 12 a 18 de Outubro o II Congresso das Capitais. A sessão inaugural do II Congresso teve lugar no quadro magnífico do salão nobre dos Paços do Concelho de Lisboa.

Presentes os representantes de várias capitais do Mundo, às 10 horas, o Presidente da Câmara Municipal, sr. tenente-coronel Alvaro Salvação Barreto assumiu a presidência e disse:

«É com o maior júbilo, a mais viva emoção, que a cidade de Lisboa acolhe nos seus muros os ilustres representantes de tantas outras capitais do Mundo. Antes de tudo, quero manifestar esse júbilo e saudar efusivamente a vossa presença na capital de Portugal.

Quando, em 1948, a cidade de Paris tomou a feliz iniciativa de reunir o I Congresso das Capitais, Lisboa acorreu sem uma hesitação ao chamamento, consciente do que essa ideia posta em marcha significativa, objectiva e subjectivamente, na época que atravessamos. Representadas as grandes cidades capitais por aqueles que têm por missão velar por elas e fomentar o seu

progresso no espaço e no tempo, semelhante conclave transcendia os efémeros propósitos de uma reunião accidental, por mais agradável que ela fosse. Nunca em nenhuma época transacta se verificou tal soma de problemas comuns a todos os países, a todas as nações, a todos os homens; e, por consequência, nunca foi tão necessário nem tão útil o contacto periódico e leal entre aqueles a quem cabe, de qualquer modo, a sua direcção. Problemas éticos e estéticos, problemas técnicos sociais. E convém não esquecer que a palavra «política» significa à letra «a arte de governar a cidade».

Se fosse necessário invocar um título justificativo do nosso desejo de realizar em Lisboa o II Congresso das Capitais, diria que Portugal foi certamente dos países do Mundo onde, através dos seus oito séculos de história, os Municípios tiveram mais preponderância e decisivo papel. Por isso, os actuais representantes do primeiro Município português se sentem perfeitamente à vontade para receber e saudar as embaixadas dos outros Municípios principais dos quatro Continentes.

Trinta e dois anos de paz externa, quase um quarto de século de paz interna, levados obstinadamente na ordem e no trabalho, dão a Portugal e a Lisboa a atmosfera propícia à realização deste Congresso.

Não temos, não tivemos nunca, no entanto, a veleidade da perfeição. Sabemos o muito que fizemos. Nada poderá, pois, ser-nos mais grato que o testemunho claro, a crítica sincera, o exemplo experimentado dos dirigentes municipais de outras grandes cidades, glórias da civilização.

Se eles, por sua parte, puderem levar de cá alguma coisa que lhes aproveite, disso muito nos orgulhamos, considerando esse o melhor prémio de honra de os receber em nossa casa».

Escutado com particular atenção, o sr. tenente-coronel Álvaro Salvação Barreto, acrescentou: «Lisboa não é hoje, como foi no século XVI, quando um milhão de portugueses, que tantos éramos então, com mil navios no mar, cidade de muitas e desvairadas gentes». Lisboa conta hoje apenas um milhão de habitantes, e muitos mais automóveis e navios. Mas atrevo-me a dizer que o seu carácter eminentemente nacional, sem vaidade de grande urbe cosmopolita, lhe não diminui o seu lugar no Mundo.

Postada «au plus profond de l'occidente d'Europe», fitos naquele Oceano Atlântico, que os seus filhos foram os primeiros a arrostar e a desvendar, Lisboa é a figura da proa da nau Europa, na eterna demanda de novos horizontes espirituais.

E não se diga que a posição de Lisboa no mapa mundi, empório comercial incomparável, é apenas gloriosa lembrança do passado: o seu porto está aberto a todas as bandeiras; a navegação aérea fez de Lisboa uma encruzilhada do céu.

Em sua recatada pobreza, sem alardes arquitectónicos, sem vertiginosas atracções, mas também sem humildade nem secura. Lisboa oferece-vos, como a qualquer viandante que a procura, o delicado presépio das suas casas alegres, trepando pelos montes, entre os dois marcos seculares do Castelo de S. Jorge e da Torre de Belém, o divino esplendor do Tejo, ao Sol do Outono, e ainda a franqueza hospitaleira dos seus moradores, e a certeza da Paz e a garantia da Fé, — decerto as duas maiores dádivas de Deus aos homens de boa vontade.

Assim, minhas senhoras e meus senhores, em nome de Lisboa eu vos saúdo, desejando para as vossas cidades e para os vossos povos a mesma próspera felicidade que desejo para nós».

Repetido em francês e em inglês, o discurso do sr. Presidente do Município de Lisboa foi sublinhado com demoradas ovações pelos congressistas.

### Eleição da mesa

6

Quando as palmas deixaram de ecoar, o sr. dr. Mário de Albuquerque secretário geral do Congresso, deputado à Assembleia Nacional, vereador da Câmara de Lisboa e professor da Faculdade de Letras, lembrou que para começo dos trabalhos da assembleia era necessário proceder

à eleição da mesa. Imediatamente, o vice-presidente do conselho municipal de Paris, sr. Faber propôs para ocupar a presidência o nome do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, sr. tenente-coronel Salvação Barreto, proposta que foi aprovada por aclamação, depois de a ela referirem com expressões de concordância os srs. comandante Dimitri Shouzes, presidente do conselho municipal de Atenas, o alcaide de Madrid sr. conde de Santa Marta, e outros.

Assumi, por isso, a presidência do Congresso o presidente da edilidade de Lisboa que dirigiu algumas palavras de agradecimento pela escolha. O facto, disse, sensibilizava-o, ao mesmo tempo que representava uma honra para Portugal.

Entrando-se, seguidamente, na eleição dos vice-presidentes, o sr. Faber indicou os nomes dos representantes da cidade de Madrid, Atenas, Cap-Town e de Lima.

Ergueu-se o sr. alcaide de Madrid. «A cidade de Madrid — disse — sente-se muito bem representada na mesa pelo sr. presidente do Município de Lisboa e, por isso, proponho que, em vez da capital de Espanha, seja a da França a ocupar um dos lugares da vice-presidência do Congresso». Assim foi aprovado, pelo que os eleitos — os srs. comandante Dimitri Skouzes, de Atenas, Fabre, de Paris, e dr. Jorge Mac-Lean, de Lima, foram sentar-se ao lado do sr. tenente-coronel Salvação Barreto. Não o fez, por não estar presente, o sr. A. Bloomberg, da edilidade de Cap-Town.

Sobre o assunto pronunciaram-se os srs. prof. Emmanuel Taamrat, representante de Addis-Abeba, e prof. eng. Salvatore Rebechini, presidente do Município de Roma.

Agradecendo, como já o fizera o presidente do concelho municipal de Atenas, o sr. dr. Jorge Mac-Lean aproveitou o ensejo de estar no uso da palavra para alvitrar que fosse eleito presidente de honra do Congresso, o Sr. Marechal António Óscar Fragoso Carmona e, por sua vez, vice-presidentes, todos os Chefes de Estado das Nações representadas na assembleia.

Nesse momento, o sr. Faber agradeceu, também, a sua escolha para a vice-presidência da mesa, afirmando, a propósito, que com grande prazer participava no Congresso de Lisboa até porque as primeiras palavras que aprendeu foram portuguesas, pois nasceu perto de Lisboa.

Aprovada, de igual modo por aclamação, a proposta do sr. dr. Jorge Mac-Lean, este sugeriu (com o que todos concordaram com demorada salva de palmas) que os membros do Congresso fossem ao Palácio de Belém comunicar a sua resolução ao Chefe do Estado.

Uso, em seguida, da palavra o presidente do município de Quito, sr. dr. José Ricardo Chiriboga.

«Por feliz acaso — afirmou — a inauguração do Congresso coincidia com o dia da Festa da Raça dos países de língua espanhola. De Lisboa, de onde partiram as caravelas para os descobrimentos, em que Portugal e Espanha se evidenciaram, poderia partir também, agora, uma saudação da parte do Congresso, uma saudação a Portugal, à Espanha e aos povos de todas as nações ibero-americanas». O sr. dr. Mac-Lean alvitrou o envio de uma mensagem de saudação ao generalíssimo Franco, mas, depois de uma observação do representante da cidade do México, e porque a proposta do sr. dr. José Ricardo Chiriboga abrangia todos os chefes de Estado de países hispânicos, o delegado de Lima retirou a sua. Então por unanimidade, o Congresso aprovou saudações a Portugal e aos povos de língua espanhola, dirigidas aos seus Chefes de Estado.

Sir George Wilkinson, chefe da delegação da cidade de Londres, depois de agradecer o acolhimento que, tanto ele, orador, como todos os congressistas tiveram em Lisboa, leu, no meio de aplausos, uma mensagem do lord-mayor de Londres (a quem representava no Congresso) dirigida à capital portuguesa. Era uma mensagem carinhosa na qual, também, se formulavam votos por que os trabalhos do Congresso fossem coroados do melhor êxito.



Feita a leitura do significativo documento, ergueu-se para falar o sr. Thein Moug, presidente da municipalidade de Rangoon. «Com sincero prazer — declarou — visitava a capital de onde partiram as naus das descobertas e que, em tempos distantes, ligaram Portugal à Birmânia. Estreitos laços — acrescentou — ainda presentemente existem entre as duas nações» Dizendo-o, o sr. Thein Moug recordou que na cidade de Schwebo, no seu país, vive uma colónia lusitana.

Para se regosijar com o facto de a capital portuguesa ter sido escolhida para a celebração do Congresso usou da palavra, seguidamente, o sr. prof. eng. Salvatoze Rebecchini, de Roma, que aproveitou o ensejo para se referir aos importantes problemas que iam ser versados e discutidos pelo Congresso que contribuirá também para o fortalecimento da amizade e entendimento entre os povos do Mundo.

Por último, falou o secretário geral do Congresso sr. dr. Mário de Albuquerque.

«Pela boca do sr. presidente da Câmara Municipal de Lisboa, já a cidade — esta velha cidade marinheira e descobridora que tanto contribuiu, através dos séculos, para o encontro dos povos e comunhão das raças — vos apresentou as suas saudações e desejos de boas-vindas. Por meu turno, quero, como secretário geral do Congresso, exprimir os votos de quantos trabalharam na sua organização, de este II Congresso das Capitais seja, como o de Paris, rico de sugestões e ensinamentos, e, sobretudo, que ele venha contribuir de forma positiva para a aproximação espiritual das cidades-directrizes, as cidades capitais, pois é nelas que mais intensamente palpitam as ansiedades e as aspirações dos povos.

É quase inútil exaltar a finalidade do Congresso. Todos sentimos que para as cidades, como para os homens, «viver» no sentido superior do termo implica, segundo a velha fórmula, «conviver». Sem dúvida cada capital tem a sua fisionomia própria, a sua paisagem, uma individualidade que deve ser defendida e mantida tenazmente, visto que sem carácter nem as almas nem as coisas se impõem. Mas, a par de todas as diferenças de latitude e de temperamento, existe um fundo comum de necessidades e de aspirações humanas. Sob a diversidade de costumes e indumentárias, há exigências que a vida imprime em toda a parte e sentimentos universais eternos...

É conversando e vendo, que podemos aprender uns dos outros o ensinamento das respectivas experiências e realizações. Todos os que têm por missão abastecer, higienizar, disciplinar, embelezar as grandes cidades, ou mais concretamente as capitais — pois as capitais apresentam pela sua função de cidades orientadoras uma série de problemas particulares — têm ensejo de receber nestes Congressos, sugestões, e até por vezes, soluções, de corrigir e melhorar perspectivas, colher elementos para uma auto-crítica, a mais difícil mas, por isso mesmo, a mais fecunda de todas as críticas. Pena é que dificuldades de vária natureza, não tenham deixado vir até nós, trazer também a sua lição, algumas capitais que manifestaram desejo de participar nos nossos trabalhos.

Pela calorosa adesão que deram desde a primeira hora, à ideia do nosso Congresso, não as podemos esquecer neste momento. Elas estão em espírito connosco».

«Além das sessões de estudo que se deverão desenrolar num ambiente de «Távola Redonda», sem outras precedências que não sejam os acasos de ordem alfabética, como verdadeiro colóquio de amigos, promoveu a comissão organizadora do Congresso uma série de visitas às obras da cidade. Por estas visitas cidadinas, podereis, srs. congressistas, surpreender, mais intimamente do que através das palavras, as preocupações e o labor da nossa actual edilidade. Decerto, não encontrareis aqui a reconstrução febril das grandes metrópoles martinizadas e devastadas pela guerra, nem aquele vertiginoso crescer de algumas cidades tentaculares do Mundo Novo. Mas encontrareis o exemplo de uma velha cidade — as suas origens perdem-se, a mais de dois mil anos de distância, na névoa do tempo — que, depois de um largo passado histórico, e de ter

sido durante séculos, sob o surto imperial da sua epopeia náutica, um dos maiores empórios comerciais de outrora, ainda se sente palpante de seivas moças a desenvolver-se num ritmo largo e forte. Situada junto ao ponto mais ocidental da Europa, no cruzamento de linhas aéreas transatlânticas e transcontinentais, cabeça de um vasto império ultramarino, e presa pelo sentimento a numerosas colónias de sangue e língua portuguesa que labutam em terra estrangeira, nela convergem múltiplos interesses espalhados pelo Mundo.

Procurou ainda a comissão organizadora do Congresso intensificar, fora das horas de trabalho, o intercâmbio de ideias e de sentimentos entre todos nós, aproveitando variados ensejos para amavelmente nos reunirmos e fraternizarmos. Foi sempre sobre as relações, estimas e simpatias individuais que se cimentaram e firmaram as grandes amizades colectivas.

Através de toda esta organização, pretendemos sempre manter inteira fidelidade ao espírito da União das Capitais como foi definido em Paris. Não quisemos inovar, quisemos continuar. Assim procurámos conservar o carácter acentuadamente informativo do Congresso que se deve preocupar mais em dar a conhecer, do que em estabelecer fórmulas rígidas. Da própria estrutura das secções, que apenas modificámos na medida ditada pelas circunstâncias do meio, isto resulta.

Não traduzem as minhas afirmações qualquer mimetismo, mas a profunda consciência de que estes Congressos só conseguirão plenamente realizar a sua missão se se integrem num alto espírito de continuidade capaz de lhe conferir um estilo próprio; e a consciência profunda de que só são criadoras e perduráveis as inovações resultantes não do caprichoso desejo da originalidade mas das próprias realidades da vida.

Por isso, termino, meus senhores, por cumprimentar os homens que organizaram o Congresso de Paris, e, por antecipadamente, saudar os homens que hão-de organizar o terceiro Congresso».

Muitas palmas sublinharam o discurso do secretário geral do Congresso, e a sessão foi, então, encerrada.

Aos congressistas ofereceu, em seguida, a Câmara Municipal de Lisboa, um cálice de Porto.

No Palácio Galveias, iniciaram-se pela tarde os trabalhos das várias secções que se prolongaram até à noite.

### Sessões de trabalhos

Sob a presidência do sr. vereador dr. António Garcês, reuniram-se, a 1.ª Secção (Administração e Finanças) e a 2.ª (Cultural), tendo sido apreciadas e trocadas impressões sobre as teses de Administração e Finanças, da autoria do sr. prof. Emmanuel Taamrat, delegado do Município de Addis-Abeba, de sir Anthony Pickford, delegado do de Londres e do sr. dr. José Ricardo Chiriboga, alcalde de Quito.

Na 5.ª Secção (Salubridade), presidida pelo vereador sr. dr. Américo Cortés Pinto, foram apresentadas as seguintes comunicações: «A remoção e a eliminação das gorduras dos lixos e a limpeza pública», do sr. Robert T. D. Stoneham, de Londres; e «O problema das limpezas», do sr. eng.º José Maria Cano Rodriguez, director dos Serviços de Arruamentos, Circulação e Transportes do «Ayuntamiento» de Madrid.

Trocaram-se impressões, incidindo, especialmente, sobre o tratamento final dos lixos, e discutiram-se as vantagens dos processos por fermentação e incineração.

Presidida pelo vereador sr. eng.º Sousa Rego, efectuou-se a reunião da 6.ª Secção (Arruamentos e Subsolo), que tratou da conservação e reconstrução de arruamentos e das instalações de abastecimento público no subsolo, comunicando cada um dos delegados presentes a maneira como os referidos problemas são resolvidos nas suas capitais.

## Visitas e homenagens

As senhoras que acompanham os congressistas visitaram, à tarde, em companhia das esposas de vereadores, os seguintes estabelecimentos: Leitão & Irmão, Vista Alegre, José Alexandre e Casa Quintão, no último dos quais lhes foi oferecido um chá.

No Casino Estoril efectuou-se, um jantar em honra dos delegados ao Congresso, oferecido pela Junta de Turismo de Cascais.

Presidiu o sr. tenente-coronel Álvaro Salvação Barreto, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que tinha à sua frente o sr. eng.º Abreu Nunes, presidente daquela Junta, e assistiram cerca de cem convivas, entre os quais, o vice-presidente, vereadores e funcionários superiores do Município de Lisboa, congressistas e membros da comissão executiva do Congresso.

Aos brindes, o sr. eng.º Abreu Nunes saudou os delegados das capitais, representadas no Congresso e congratulou-se por eles se encontrarem hospedados no Estoril.

Por último o sr. tenente-coronel Álvaro Salvação Barreto, agradeceu e fez votos porque os congressistas levem as melhores recordações da sua estadia no nosso País.

A Junta de Turismo de Cascais ofereceu lembranças a todos os delegados ao II Congresso das Capitais.

## Continuação das sessões de estudo

No dia 13, pela manhã, reuniram-se, em sessões de trabalhos, as 1.ª, 2.ª, 5.ª e 6.ª secções, respectivamente, Administração e Finanças; Cultura; Salubridade e Arruamentos e Subsolo.

Na 1.ª e 2.ª secções, terminaram as apreciações das comunicações sobre Administração e Finanças, da autoria do sr. Anthony Pickford, delegado de Londres, e do sr. dr. José Ricardo Chiriboga, alcalde de Quito, tendo intervido na discussão os delegados de Atenas, Madrid e Lisboa, que se ocuparam dos problemas especiais das suas capitais.

A 5.ª secção ocupou-se dos problemas da renovação e aproveitamento dos lixos com vista ao seu tratamento e valor fertilizante, e da profilaxia da raiva e da desratização.

Na 6.ª secção foram estudadas comunicações sobre os encargos resultantes para os municípios da existência de instalações de abastecimento público no subsolo; instalações em galerias de serviço e nos passeios, e encargos de reparações de pavimentos, em casos de avarias.

Por fim, foram trocadas impressões acerca de sistemas de redes de esgotos, tipos de construção e problemas de conservação dos mesmos.

## Um almoço aos congressistas na Estufa Fria

A seguir, na Estufa Fria, o sr. presidente da Câmara Municipal de Lisboa ofereceu um almoço em honra dos congressistas, no qual tomaram parte cerca de duzentos convivas, entre os quais se encontravam, além de muitas senhoras, os srs. vice-presidente do Município da capital, presidentes de todas as câmaras municipais do distrito de Lisboa e a comissão executiva do Congresso.

Durante a refeição, cuja ementa foi retintamente portuguesa, fez-se ouvir um sexteto, dirigido pelo sr. prof. Paulo Manso.

A todas as senhoras foram oferecidas lembranças regionais, por meninas envergando também trajes regionais.

## Exposição de obras em curso e visitas a Bairros

Por último, houve uma visita, no pavilhão dos Desportos, a uma exposição das obras em curso e das projectadas pela Câmara Municipal de Lisboa, acompanhada de explicações, percorrendo, seguidamente os congressistas, o Parque Eduardo VII, a Avenida de Ceuta, a zona residencial da Ajuda, os bairros para famílias pobres, no Caramão da Ajuda, de casas económicas em Caselas, e o Parque Florestal de Monsanto, que lhes deixaram as melhores impressões.

# O II CONGRESSO DAS CAPITALIS

Discurso do Presidente da C. M. L.  
na sessão inaugural do Congresso



O Alcalde de Madrid discursando no Salão  
Nobre dos Paços do Concelho



Porto de honra nos Paços do Concelho



## O II CONGRESSO DAS CAPITALAIS



Almoço na Estufa Fria  
oferecido pelo Presidente da Câmara



Visita às obras de Regularização  
da Ribeira de Alcântara



Sessão de encerramento

## Sessões de trabalhos

Em 14, proseguiram no Palácio Galveias, o trabalho das secções. Tiveram as primeiras sessões de trabalhos as 3.ª, 4.ª e 8.ª secções, respectivamente sobre urbanização, abastecimento público, trânsito e transportes colectivos. Na 3.ª secção, orientada pelo vereador sr. architecto Vasco Regaleira, foram tratados, entre outros problemas, a defesa dos monumentos e edifícios históricos ou artísticos em face do desenvolvimento urbanístico, maneira de promover essa defesa e architectura nos bairros antigos e sua harmonização com a dos novos edificios. Sobre o assunto usaram da palavra os delegados de Lisboa, Madrid, Paris e Roma.

Sob a orientação do vereador sr. Pedro Correia Marques, a 4.ª secção apreciou trabalhos sobre abastecimento público, da autoria do alcalde de Quito; «A importância do tratamento do leite na administração», do sr. dr. Mário Ferraguti, da delegação de Roma; e a «Sanidade dos produtos alimentares», do sr. dr. João Inácio Lopes Ribeiro, chefe da Repartição dos Mercados Municipais de Lisboa. Na discussão intervieram os delegados de Londres e de Paris e os srs. dr. Almeida de Eça, director dos Serviços de Abastecimento, e eng.º Vassalo e Silva, de Lisboa.

Na 8.ª secção orientada pelos vereadores srs. Henrique Ferraz e eng.º Calheiros e Meneses, procedeu-se à leitura duma comunicação sobre trânsito e transportes colectivos, apresentada por sir George Wilkinson, delegado de Londres que foi apreciada pelos delegados de Atenas, Buenos Aires, Joanesburgo, Lisboa, Roma e Teerão.

Entretanto, as senhoras que acompanham os congressistas visitaram, na companhia das esposas de vereadores do Município de Lisboa, os Jerónimos e o palácio de Queluz.

### Almoço no palácio de Sintra

O sr. Ministro do Interior ofereceu na Sala dos Cisnes, no palácio de Sintra, um almoço, em honra dos delegados ao II Congresso das Capitais.

Presidiu aquele membro do Governo, que dava a direita à sr.ª de Rebecchini, esposa do maire de Roma, e Luís Pastor de Macedo, vice-presidente do Município de Lisboa; e a esquerda à sr.ª de Skouzes, esposa do presidente do Conselho Municipal de Atenas, e ao sr. prof. dr. Mário de Albuquerque, secretário geral do Congresso. Em sua frente, sentava-se a sr.ª de Trigo de Negreiros, ladeada pelos srs. presidente da Câmara Municipal e governador civil de Lisboa. Em outros lugares, havia cerca de noventa convidados, entre os quais, além dos congressistas e esposas, o sr. presidente do Município de Sintra e alguns membros da comissão executiva do Congresso.

No final, o sr. dr. Trigo de Negreiros pronunciou o seguinte discurso:

### Discurso do sr. Ministro do Interior

Depois de saudar, em nome do Governo, os congressistas representantes das várias capitais, o sr. Ministro do Interior referiu-se à paz de que, felizmente gozamos em Portugal. E, depois, afirmou:

«Lisboa, mais do que em altura, cresce em extensão.

«Por isso, o urbanista, tanto como a geografia física económica, deverá conhecer a humana, para não magoar a sensibilidade dos habitantes da cidade a que os seus planos respeitem. Não pode esquecer igualmente que, ao lado do conforto puramente utilitário, há necessidades espirituais a satisfazer, avultando entre estas a da defesa do património moral, histórico e artístico.

«Além disso, nada deverá fazer que contrarie a vocação natural da cidade em que trabalhe, pois aquela as mais das vezes traduz a própria vocação do país em que se acha integrada.

«Ainda hoje podemos falar da vocação intelectual de Paris, da jurídica de Roma, da comercial e financeira de Londres e Nova York e da artística de Atenas e Florença. A cidade de Viena, antes da primeira guerra, era uma cidade alegre e cosmopolita que mostrava a despreocupação dos seus habitantes.

A vocação marítima de Lisboa ficámos devendo, em grande parte, a missão de Portugal no Mundo, missão esta que atingiu o seu mais alto objectivo na magnífica época de Quinhentos, em que descobrimos rotas e terras antes ignoradas».

Mais adiante, o sr. dr. Trigo de Negreiros, disse:

«Num congresso das cidades holandesas, celebrado em 1946, foi apresentado um trabalho mais tarde publicado sob o título «Crepúsculo dos Municípios» e que mereceu ao ilustre administrativista português sr. prof. Marcelo Caetano comentários tão judiciosos como oportunos.

«No referido estudo chega-se à conclusão de que a cooperação íntima e orgânica entre a autoridade central e os poderes locais é inevitável. Só ela permitirá que os municípios continuem a desempenhar papel de relevo na satisfação das necessidades locais, constituindo ainda elementos fundamentais de equilíbrio político e de progresso social. Não foi outra a solução adoptada entre nós: o Estado, reconhecendo, embora, a autonomia dos municípios, coopera activamente com eles na satisfação das necessidades locais.

«As realizações que assinalam as duas últimas décadas, o que por si sós constituem título de glória de uma geração, são a consequência desse espírito de cooperação e de franco e leal entendimento.

«Mas o conjunto notável de melhoramentos públicos levados a efeito nas cidades, nas vilas e nas mais modestas aldeias é ainda a expressão de uma política claramente definida pelo sr. Presidente do Conselho nos seguintes termos: «cada um terá a sua vez e esta é determinada, não pelo pedido, não pelas influências pessoais ou políticas, mas pela escala de valor nacional e pelo grau de necessidade pública. Pretende-se realizar a maior utilidade pelo menor custo, relativamente à Nação». Os resultados desta orientação estão à vista de todos.

«Ainda que a vossa demora seja curta, podeis vê-los nas estradas, nos portos e aeroportos, nos aproveitamentos hidroeléctricos e hidroagrícolas, nos abastecimentos de águas e nas obras de saneamento, no repovoamento florestal, na construção de escolas, hospitais, sanatórios, quartéis, casas económicas, e na restauração dos castelos, igrejas e outros monumentos.

«Podeis ver tudo, que nada temos a ocultar-vos. A ordem a tranquilidade pública são perfeitas, as estradas bem cuidadas e por elas podeis circular livremente, sem necessidade de qualquer salvo-conduto...».

Em resposta, o sr. tenente-coronel Salvação Barreto, depois de agradecer as palavras daquele membro do Governo, disse: «Este contacto, entre os responsáveis pela administração dos povos, continua a parecer-nos muito útil, embora a diferença de condições recomende a reserva correspondente e perfeitamente compreensível. O Congresso esforça-se por examinar os problemas apresentados nas sessões de estudo com espírito compreensível e o despreendimento possível das soluções próprias, que se o mereceram, naturalmente se imporão a uma assembleia permeável como esta à exposição dos sistemas mais eficientes e por conseguinte mais úteis aos povos. Não é, evidentemente, esta a oportunidade de salientar o pensamento do Município lisbonense acerca de problemas que têm interessado ao Congresso».

A terminar, o sr. presidente do Município afirmou que se o Congresso formular conclusões elas serão postas à apreciação do sr. Ministro do Interior, por intermédio da Câmara Municipal de Lisboa.

Os congressistas visitaram, a seguir, o castelo da Pena e outros locais pitorescos de Sintra e de Cascais, fazendo-se o percurso pela estrada da Serra.

## Serão lisboeta

O sr. presidente da Câmara Municipal de Lisboa ofereceu, no restaurante Alvalade, um serão lisboeta, em honra das delegações ao Congresso.

Assistiram cerca de duzentos convivas, entre os quais, além de muitas senhoras, os congressistas, vereadores e funcionários superiores do Município, e a comissão executiva do Congresso.

O programa foi preenchido com a colaboração dos artistas Amália Rodrigues, Hermínia Silva, Lucinda do Carmo, Fernanda Peres e Carlos Ramos, que interpretaram fados e canções portuguesas e receberam muitos aplausos. As apresentações foram feitas pelos locutores Pedro Moutinho, Olavo de Eça Leal e Fernando Pessa.

Na festa que decorreu sempre com grande animação, dançou-se até à madrugada.

## Passeio e almoço no Rio Tejo

No dia 15, domingo, o sr. Ministro da Marinha ofereceu a bordo do aviso «Bartolomeu Dias», um passeio no Tejo com almoço a bordo, aos delegados ao Congresso que foram acompanhados de muitas senhoras e dos srs. presidente e vereadores e funcionários superiores da Câmara Municipal de Lisboa.

Os convidados foram recebidos, na estação marítima da Alfândega, no Terreiro do Paço, pelo sr. capitão-de-fragata Joaquim Teixeira, chefe de gabinete do sr. Ministro da Marinha, e, a bordo, pelos srs. almirante Guerreiro de Brito, superintendente dos Serviços da Armada, em representação do sr. comandante Américo Tomás; e capitão-de-mar-e-guerra Negrão Neto, comandante daquele navio de guerra, os quais com a respectiva oficialidade, cumularam de amabilidades os hóspedes de honra da capital.

No final do almoço, servido na sala dos oficiais, o sr. tenente-coronel Salvação Barreto pôs em relevo a magnífica recepção e o esplêndido passeio, que deixaram todos os congressistas encantados, e pediu ao sr. superintendente dos Serviços da Armada que fosse intérprete, junto do sr. Ministro da Marinha, do agradecimento de todos.

A seguir, usaram da palavra os srs. conde de Santa Marta, alcalde de Madrid; M. Faber, vice-presidente do Conselho Municipal de Paris; e sir George Wilkinvow, representante do lord-mayor de Londres, que também elogiaram o fidalgo acolhimento dispensado pela Marinha de Guerra portuguesa, cujos feitos e renome enalteceram.

Em resposta, o sr. almirante Guerreiro de Brito confessou o prazer que a nossa Marinha de Guerra tinha em receber a bordo do «Bartolomeu Dias», hóspedes que representam quatro continentes.

## A corrida do «Ruedo Ibérico», no Campo Pequeno

Promovida pelo Jardim Universitário de Belas Artes efectuou-se de tarde, na praça de touros do Campo Pequeno, a primeira corrida do «Ruedo Ibérico», em honra das delegações ao Congresso.

Os cavaleiros João Núncio, Simão da Veiga, dr. Fernando Salgueiro e D. Francisco Mascarenhas, estiveram diligentes e valorosos, o mesmo sucedendo aos «espadas» Domingo Ortega, Curro Caro e Diamantino Viseu e ao novilheiro António José de Oliveira, todos recebendo, muitos aplausos. A Diamantino Viseu foram oferecidos dois ramos de flores. Os bandarilheiros todos diligentes, também. Das pegas, merece especial menção uma de cara e outra de cernelha, pelo grupo de amadores de Santarém.



No intervalo, foram oferecidos, na arena, por senhoras, aos artistas que colaboraram na tourada, uma medalha comemorativa, em bronze, da autoria de mestre João da Silva e um pequeno livro, contendo o programa, as biografias dos cavaleiros e matadores, desenhos de Almada Negreiros e Guilherme Filipe e colaboração literária de Ortega y Gasset, José Maria de Cossio, Rogério Perez, dr. Saraiva Lima e de Leopoldo Nunes.

### Sessões de trabalhos

Em 16, reuniram-se de manhã, no Palácio das Galveias, as seguintes secções: 3.<sup>a</sup> (Urbanização), 4.<sup>a</sup> (Abastecimento público), 7.<sup>a</sup> (Problemas de habitação) e 9.<sup>a</sup> (Edificações Urbanas).

Na 3.<sup>a</sup> secção, reunida pela última vez, foram feitas considerações de carácter geral acerca da valorização dos terrenos nas cidades e sobre impostos de «maior valia», com a intervenção dos delegados de Lisboa, Londres, Madrid, Paris e Roma.

O delegado de Londres fez uma interessante exposição sobre as obras de reconstrução da capital inglesa, depois da última guerra.

Sob a orientação do sr. vereador Pedro Correia Marques, na 4.<sup>a</sup> secção, que se reuniu, também, pela última vez, foram apreciadas as comunicações «Aplicação do frio no aprovisionamento de alimentação para a cidade de Lisboa»; «O matadouro municipal de Lisboa»; «O problema do abastecimento de criação e de ovos a Lisboa», e «Abastecimento de leite».

Na sua discussão intervieram, além dos autores dos trabalhos, os delegados de Dublin, Joanesburgo, Londres, Paris, Quito, Roma e Teerão.

As 7.<sup>a</sup> e 9.<sup>a</sup> secções, reuniram-se conjuntamente e trataram de assuntos relativos a casas de habitação. A propósito, usaram da palavra os delegados de Atenas, Lisboa, Londres, Paris e Quito.

### Visitas à cidade e ao Jardim Zoológico

À tarde, os congressistas, acompanhados dos srs. senadores prof. dr. Mário de Albuquerque, secretário geral do congresso, e Pedro Correia Marques, visitaram o miradouro do Monte, o castelo de S. Jorge e as obras do bairro económico do Vale Escuro, da Mouraria (remodelação da Baixa), da zona industrial da cidade e do novo Matadouro Municipal, nos Olivais, onde foram recebidos por vários funcionários superiores do Município, que lhes prestaram as mais completas informações, com a ajuda de plantas, maquetas e gráficos.

Visitaram também o Jardim Zoológico, em cuja entrada eram aguardados entre outros, pelos srs. presidente e vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, e prof. dr. Fernando Emídio da Silva, general Carvalho Viegas, dr. José Coelho da Cunha e eng. Melo Gouveia, do conselho de administração daquela instituição.

Após a visita, foi servido um chá, tendo-se trocado saudações entre os srs. prof. Fernando Emídio da Silva e Faber, vice-presidente do conselho municipal de Paris.

As senhoras que acompanham os congressistas visitaram, com as esposas de alguns edis lisboenses, os museus de Arte Sacra e de Arte Antiga e o Museu de Castro Guimarães, em Cascais.

### Banquete oferecido pelo Município de Londres

14 A Municipalidade de Londres ofereceu no Avis Totel um banquete em honra do presidente e chefes das delegações.

Presidiu sir George Wilkinson, representante do lord-mayor da capital inglesa, ladeado pelos srs. Ministro do Interior e presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Assistiram cerca

de cinquenta convivas, entre os quais se encontravam o vice-presidente, vereadores e directores dos serviços do Município de Lisboa, presidente do de Sintra e comissão executiva do Congresso.

Aos brindes, sir George Wilkinson bebeu à saúde dos chefes dos Estados portuguez e dos países representados no Congresso, e o sr. dr. Trigo de Negreiros ergueu a sua taça pela saúde do rei Jorge VI.

De novo, no uso da palavra, sir George Wilkinson, como antigo Lord Mayor de Londres e representante do actual, agradeceu o caloroso acolhimento dispensado pela Câmara Municipal de Lisboa, cuja obra notável, pôs em relevo, afirmando a propósito que a capital portuguesa se tornará, dentro de pouco tempo uma das primeiras cidades do Mundo.

Referiu-se, depois, aos laços seculares de amizade existentes entre Portugal e Inglaterra, e, como consequência, entre as suas capitais.

A terminar, o chefe da delegação londrina ofereceu ao sr. tenente-coronel Salvação Barreto um livro contendo a constituição do Município de Londres e confessou a saudade com que os congressistas iriam abandonar Lisboa, cidade à qual desejavam as maiores prosperidades.

O sr. presidente do Município de Lisboa, depois de agradecer e afirmar que o II Congresso das Capitais trabalharia para o bem dos povos do Mundo, a fim de pôr termo a esta época de sofrimento, recordou também a aliança anglo-portuguesa, que esta reunião internacional veio estreitar ainda mais, se tal é possível.

Por último, falou o sr. R. T. D. Stoneham, da delegação de Londres, o qual propôs que fosse enviado um telegrama de saudações, em nome dos presentes, à Sociedade Anglo-Portuguesa da capital britânica, que vai reunir-se no seu banquete anual.

A proposta foi calorosamente aprovada.

### Uma sessão cinematográfica em honra dos congressistas

A sessão de noite, no cinema S. Jorge foi dedicada aos congressistas. Exibiu-se o filme «Frei Luís de Sousa», depois do que foram passadas as películas «O Cortejo Histórico de Lisboa» realizada em technicolor e «Lisboa de Hoje e de Amanhã», que foram precedidas de explicações em francês e em inglês.

### Visita às obras do Município

No dia 17, os congressistas visitaram de manhã acompanhados de vereadores e funcionários superiores do Município de Lisboa, as obras de urbanização da zona a Norte da Alameda D. Afonso Henriques e do Sítio de Alvalade e o Estádio Nacional, que lhes mereceram lisonjeiros comentários.

### Sessões de trabalhos

À tarde, no Palácio das Galveias, realizaram-se as últimas sessões de trabalhos. Nas 7.<sup>a</sup> e 9.<sup>a</sup> secções (Problemas da Habitação e Edificações Urbanas), reunidas conjuntamente, foram trocadas impressões sobre as comunicações apresentadas, tendo usado da palavra os srs. conde de Santa Marta e Bríngas Vega, respectivamente, alcalde e tenente-alcalde de Madrid; dr. José Ricardo Chiriboga, alcalde de Quito; comandante Dimitri Skouses, presidente do Conselho Municipal de Atenas; sir George Wilkinson, chefe da delegação de Londres; Faber, Rurais e Grousseau, e sr.<sup>a</sup> Vivier, de Paris; Rebecchini, maire de Roma, e diversos técnicos de Lisboa. Na 8.<sup>a</sup> secção (Trânsito e Transportes Colectivos), foi apreciada a comunicação «Os transportes em Lisboa», da autoria do sr. eng. D. Francisco de Melo e Castro. A propósito, discutiram-se os princípios

gerais que nortearam o plano de urbanização da capital portuguesa e da coordenação dos seus transportes, os quais mereceram ampla concordância dos delegados presentes, que tiveram, também palavras de muito apreço pela forma como em Lisboa se tem em vista a resolução dos problemas gerais de tráfego, especialmente pela inteira coordenação da rede das grandes circulações da superfície com a do futuro metropolitano.

### Festa em S. Carlos

O espectáculo no Teatro de S. Carlos, reuniu avultado número de personalidades dos altos círculos oficiais e figuras de destaque dos meios intellectuais e artísticos.

A Orquestra Sinfónica Nacional, sob a batuta do seu director Pedro de Freitas Branco, abriu a récita com a «Suite» de Carlos Seixas — Artur Santos, os dois primeiros «Nocturnos», de Debussy e as «Travessuras de Till», de Ricardo Strauss. Não esquecendo que qualquer destas partituras pertence ao repertório melhor trabalhado da Orquestra; são devidos elogios especiais às execuções, que foram quase isentas daqueles pequenos acidentes inevitáveis, mesmo nos mais categorizados agrupamentos. As expressivas e vibrantes interpretações de Pedro de Freitas Branco, que encontra naquelas obras, e particularmente em Debussy e Strauss uma atmosfera ideal para o seu temperamento de artista, é escusado fazer pormenor, pois são já bem conhecidas do público.

Na segunda parte, o grupo coreográfico «Verde Gaio», exhibiu dois dos seus bailados — «Nazaré» e o «O Homem do Cravo» — obtendo um assinalado êxito. Francis Graça e Ruth Walden interpretaram os principais papeis, dentro das suas características e com a costumada segurança.

Os cenários e figurinos de José Barbosa e Manuel Rodrigues, e a música de Frederico de Freitas e Armando José Fernandes contribuíram para que o conjunto resultasse num espectáculo agradável à vista e ao ouvido, e adequado ao fim que se pretendia.

### Sessão de encerramento

Realizou-se no Palácio das Galveias no dia 18 de Outubro, a cerimónia do encerramento do II Congresso das Capitais.

Na presidência, o sr. tenente-coronel Alvaro Salvação Barreto, presidente do Congresso e do Município de Lisboa. A seu lado, os srs. Faber, comadante Dimitri Skouzes e dr. Jorge Mac-Lean representantes, respectivamente, das municipalidades de Paris, de Atenas e de Lima, e, ainda, o secretário geral do Congresso, sr. prof. dr. Mário de Albuquerque.

Aberta a sessão, o presidente leu as conclusões apresentadas pelas várias secções de estudo, do teor seguinte:

1.ª **Conclusão:** — Por considerações de ordem histórica, política e social, as capitais não podem ser consideradas em pé de igualdade com as outras cidades; por esse motivo, cada nação deve facilitar, de maneira especial, o desenvolvimento e o progresso da sua capital, fornecer-lhe os meios adequados e suficientes para a satisfação das suas necessidades as mais essenciais.

Decidiu ainda fazer um apelo aos governos e aos Paramentos dos diversos estados salientando a importância da Capital no desenvolvimento das relações internacionais e recomendando que os trabalhos e projectos municipais das capitais sejam considerados como trabalhos de interesse nacional para a realização das quais o Estado deve contribuir com os fundos proporcionais à sua capacidade financeira.

2.<sup>a</sup> Conclusão: — Reafirmar a importância e a utilidade das reuniões periódicas dos Congressos das Capitais do Mundo para tratar e examinar os problemas de administração local comuns às capitais de todas as nações.

3.<sup>a</sup> Conclusão: — Que o próximo Congresso se reúna na Cidade de Roma no ano de 1952.

4.<sup>a</sup> Conclusão: — Que uma Comissão composta pelas cidades de Londres, Paris e Lisboa em estreita colaboração com a cidade de Roma, organize um ante-projecto das matérias a tratar no III Congresso tendo em consideração os ensinamentos colhidos nos Congressos já realizados, e ouvidas as sugestões da Capitais interessadas.

Sobre esta última conclusão pronunciou-se o sr. alcaide de Madrid o qual propôs — o que foi aprovado — que a Comissão tivesse a sua sede em Lisboa e fosse presidida pelo presidente do seu Município. Foram lidos em seguida os seguintes votos:

As Capitais do Mundo representadas no Congresso reunido em Lisboa resolvem dar o seu caloroso apoio ao pedido de crédito que será dirigido ao Banque Internationale de Reconstruction et de Developpement pela Municipalidade de Atenas e destinado a tornar possível a rápida reconstrução dessa cidade tão gravemente atingida pela ocupação e pela guerra, e a satisfação das suas necessidades imediatas.

O Congresso emite o voto de que o Banque Internationale de Reconstruction et de Developpement de Washington tome em especial consideração os pedidos de crédito formulados pelos governos ou pelas Municipalidades das Capitais e destinados à execução de obras ou à realização de melhoramentos nas Capitais — (A Delegação de Londres absteve-se de votar).

Aprovadas as conclusões e os votos, o «sindaco» de Roma sr. prof. eng.<sup>o</sup> Salvatore Rebecchini dirigiu aos congressistas palavras de agradecimento por a capital italiana ter sido escolhida para a reunião do III Congresso, afirmando sentir receio de que essa reunião não alcance êxito tão brilhante como o obtido em Lisboa.

Por sua vez, o presidente da edilidade de Atenas tributou agradecimentos ao Congresso por haver atendido ao pedido do crédito que a capital grega pretende obter no Banque Internationale de Reconstruction et Developpement, após o que o sr. dr. Jorge Mac-Lean leu um telegrama do alcaide do conselho municipal de Lima com expressões de agradecimento por ter sido conferida a vice-presidência da assembleia ao representante da sua cidade. Expressa, ainda, viva satisfação pelos resultados conquistados na reunião de Lisboa.

Também o «alderman» de Londres sir George Wilkinson manifestou, em nome da capital britânica, a sua gratidão pelas amabilidades que não só ele, orador, como todos os outros congressistas tinham recebido em Lisboa. Ao terminar, frisou que, em seu parecer isso incutiu nos congressistas ânimo para prosseguimento nos seus trabalhos para o progresso e bem de todas as cidades.

Depois, falou o alcaide de Quito, sr. dr. José Ricardo Chiriboga, para solicitar ao sr. presidente do Congresso transmitisse ao povo de Portugal uma saudação sincera e fraternal do povo do seu país. Acrescentou que tal saudação desejaria fosse extensiva ao Governo e à Imprensa. Por último, exaltou a colaboração que aos trabalhos do Congresso prestaram os funcionários do Município de Lisboa.

O orador seguinte foi o sr. vereador Pedro Correia Marques que, na sua qualidade de director do jornal «A Voz», agradeceu, em nome da Imprensa Portuguesa, a homenagem traduzida na saudação do delegado da municipalidade de Quito. Disse, a propósito, ser a Imprensa um serviço público que cumpre dignamente o seu dever e continuará a fazê-lo com a mesma dignidade.

Associando-se às palavras proferidas pelo sr. dr. José Ricardo Chiriboga, de louvor à actividade dos funcionários municipais, falou, então, o alcaide de Madrid sr. D. José Moreno Torres, conde de Santa Marta. Aproveitou a oportunidade de estar no uso da palavra para exprimir o seu regosijo por ver o Congresso continuar na plenitude do seu rendimento de trabalho e, de igual modo, para patentear a todos a sua convicção nos bons resultados da reunião, num período em que tantos perigos ameaçam o Mundo.

O sr. Faber, vice-presidente do Concelho municipal de Paris, agradeceu, também, o acolhimento, que classificou de magnífico, dispensado aos congressistas, afirmando que orgulhosamente recordava ter nascido nas margens do Tejo, em frente de Lisboa. Prestou, seguidamente, homenagem ao Governo Português a cuja acção — disse — devia tanta coisa bela que lhe foi dado admirar mais uma vez. O «mot d'ordre» — frisou ao concluir — consiste, mais do que em palavras — nas obras apresentadas.

A palavra foi dada, de novo, nesse momento, ao representante de Atenas o qual se referiu à entrega de uma urna do século v, a. C., contendo terra da velha cidade grega, tirada de junto de uma coluna do Partenon, que, dias antes, oferecera ao Município de Lisboa. Terminando, abraçou efusivamente o sr. tenente-coronel Alvaro Salvação Barreto. Foi este o último orador.

Antes de encerrar os trabalhos do Congresso, recordou ter sido em Paris que nasceu a ideia de a sua segunda reunião se fazer em Lisboa. Prosseguindo, congratulou-se pela elevação e sentido de objectividade como decorreram os trabalhos e disse esperar que todos voltem a encontrar-se em Roma, dentro de dois anos.

Teve ainda palavras de simpatia para os vários membros do Congresso que iam começar a regressar aos seus países e rematou: — A todos a população de Lisboa vos aperta num grande abraço.

### Recepção nos Paços do Concelho

Em 18, último dia do Congresso, o sr. presidente da Câmara Municipal de Lisboa ofereceu nos Paços do Concelho, uma recepção, seguida de baile, em honra das delegações ao Congresso.

Foi uma festa de rara elegância, para a qual muito contribuíram a beleza das salas, decoradas com lindas flores, as «toilettes» das senhoras e as fardas e condecorações.

A guarda de honra era feita por componentes do Batalhão de Sapadores Bombeiros na escadaria nobre do edificio, no primeiro lanço da qual se encontravam três pagens, vestidos de veludo negro e cetim branco e chapéus com grandes plumas, empunhando o do centro uma haste, sobre a qual estava a grande caravela de prata das armas de Lisboa, com dois corvos.

Cerca da 1 hora foi servida uma lauta ceia.

O baile, muito animado, prolongou-se até à madrugada.

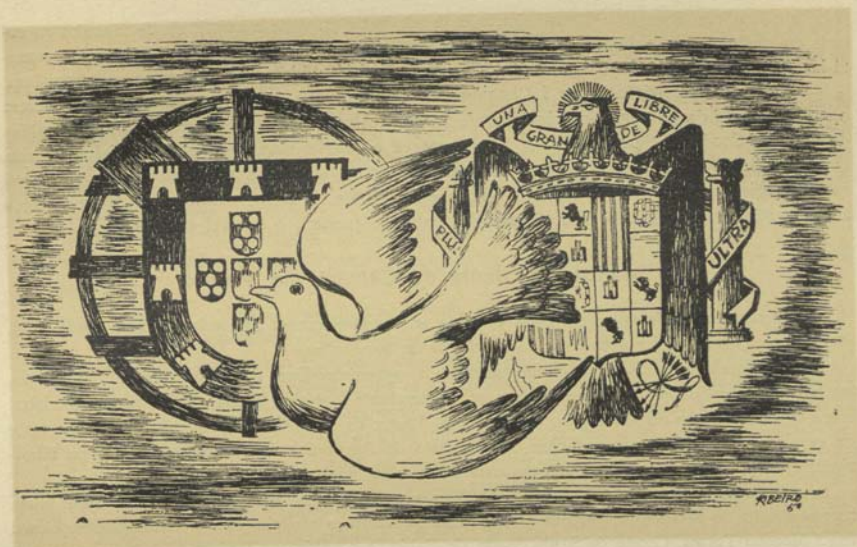
E mais uma vez Lisboa e Portugal souberam cumprir os seus deveres de amizade e colaboração com o mundo civilizado, culto e progressivo.



Da coleção do Ex.<sup>ma</sup> Senhor  
Eng. Augusto Vieira da Silva

*O CASTELO VISTO DE NOSSA SENHORA DO MONTE*

*(Pintura a óleo sobre cartão. Ass. J. Newton)*



## A VISITA DO PRESIDENTE DO MUNICÍPIO DE LISBOA À CIDADE DE MADRID

**S**e o século passado viveu sob o signo do Individualismo, o actual, este nosso terrível século XX, desenrola-se num clima profusamente arejado por um Colectivismo atrevido que a muitos amedronta.

Nos campos muralhados de baionetas que são as nacionalidades, o «Social» impôs-se de vez ao «Individual» — e, por toda a parte, se verifica a sujeição mais ou menos completa do Homem ao Estado... Ora, se nos grandes agregados humanos que são as nações tal filosofia se verifica, o mesmo se constata entre estas, em relação a uma linha comum de interdependência que a celeridade dos transportes e dos meios de comunicação torna cada vez mais forte.

É porque isto é um indiscutível facto pelo que importa às nações, não é de estranhar que as superpovoadas capitais do Mundo se juntem, em grande maioria, e devidamente representadas pelas suas administrações — os municípios — se dêem as mãos em congressos, com o único fito de solucionar problemas citadinos comuns a todas. E se um desejo de cooperação as animou, de mais a mais tratando-se de urbes sem nada de espiritual a uni-las, como por exemplo, Addis-

-Abeba e Londres, Rangun e Bruxelas, não é de admirar que, dada a existência de vínculos ancestrais da melhor espiritualidade e — porque não dizê-lo? — um mesmo Destino Histórico a estreitá-las (como diria José António Primo de Rivera), Madrid e Lisboa se estimem e compreendam.

Da cordial convivência no I Congresso de Capitais, que reuniu em Paris em 1948, entre o sr. Presidente da Câmara Municipal, tenente-coronel Alvaro Salvação Barreto, e o sr. «Alcalde» de Madrid, Conde de Santa Marta de Babio, nasceu o convite para este visitar oficialmente esta nossa cidade de Lisboa, como hóspede de honra do seu Município. E tal visita foi um agradável facto a registar na história da Capital. Gentilmente, porém, o Ex.<sup>mo</sup> «Alcalde» de Madrid *impôs* a retribuição dessa visita. E o sr. Presidente, cativado, aceitou o amável convite.

### O Senhor Presidente da Câmara em Madrid

Acompanhado de sua filha mais nova, o sr. tenente-coronel Salvação Barreto partiu para Madrid no «Lusitânia-Expresso» na tarde de 20 de Novembro.

Na Estação do Rossio, compareceram, a apresentar-lhes cumprimentos de despedida, muitas individualidades, entre as quais o sr. comandante Américo Tomás, ministro da Marinha; o sr. Vice-Presidente do Município, escritor Luís Pastor de Macedo; os srs. vereadores, directores de serviços municipais, comandantes do Batalhão de Sapadores Bombeiros e da Polícia Municipal, muitos funcionários e amigos pessoais dos ilustres viajantes.

Chegados a Madrid na manhã de 21, aguardavam-nos, na Estação de Delfcias, vasta representação do Município daquela cidade tendo à frente o seu simpático «Alcalde-Presidente», eng.<sup>o</sup> Moreno Torres, Conde de Santa Marta de Babio, e o «Primer-Teniente del Ayuntamiento», sr. Alvarez Ayucar. Nessa vasta representação, viam-se ainda os «Tenientes de Alcalde», srs. Bringas, Jimenez Millás e Arive; «Concejales» (vereadores), srs. Lopes Quesada e Reina, e ainda o secretário do Município madrileno, Don Mariano Verdejo, acompanhado dos altos funcionários srs. Cano e Blehin.

Da Embaixada de Portugal, compareceram a receber o sr. Presidente da Câmara os srs. dr. Luís Norton de Matos, ministro-conselheiro, e dr. Raposo de Magalhães secretário da embaixada.

Efusivamente abraçado pelo sr. Conde de Santa Marta de Babio, o sr. Presidente da Câmara foi, em seguida, cumprimentado por todas as individualidades presentes, espanholas e portuguesas, que lhe proporcionaram tão carinhosa recepção. A menina Maria Luísa Salvação Barreto foram, então, oferecidos pelas *señoritas* Moreno Torres, filhas do Ex.<sup>mo</sup> «Alcalde» de Madrid, lindos ramos de flores.

E, uma vez instalados no «Hotel Ritz», o mais luxuoso da capital espanhola, o sr. tenente-coronel Salvação Barreto iniciou o seu programa de visitas na alegre «*Villa del Oso y del Madroño*», Madrid.

Ao meio do dia, acompanhado pelo Ex.<sup>mo</sup> «Alcalde», foi apresentar cumprimentos aos ministros «de la Gobernación», Don Blás Perez Gonzalez, e de «Asuntos Exteriores», Don Martin Artajo, com quem conversou alguns momentos. E seguiram-se outras visitas de carácter técnico; mas, digamos antes algo sobre Madrid...

### Algo sobre Madrid

20

Madrid, em relação às suas irmãs peninsulares, é o que se pode chamar uma cidade jovem. De ela, não fazem alusão as crónicas até aos finais do século X. Porém, e segundo excavações praticadas no seu subsolo, o espaço ocupado pelo Madrid *antiguo* foi certamente habitado nos



tempos pré-históricos. Foram os árabes que lhe outorgaram o nome — *Majerit* ou *Majeritum* — e essa pequena vila moirisca, em cujo alcácer tremulava o pavilhão do Crescente, foi conquistada aos «infiéis» por Alfonso VI em 1088.

Foi, porém, o imperador Felipe II que, ao fixar a Corte em Madrid, deu a esta vila notável importância e consequente grandeza. Decorria o ano de 1561. Segundo muitos, a régia escolha recaiu nela, unicamente por se encontrar situada no centro geográfico da Península ou quase, dado que o autêntico centro está calculado pelos sabedores no Cérrro de los Angeles, a poucos quilómetros dali.

E desde essa já recuada época, tempo de fausto e grandeza, com excepção do breve período em que Felipe III trasladou a Corte para Valhadolid, Madrid nunca mais deixou de ser a capital da Espanha.

A dinastia dos Áustrias, deve Madrid os seus mais antigos e belos monumentos arquitectónicos. E, assim, a imponente «Plaza Mayor» e as suas «Casas Consistoriales»; o Palácio de Santa Cruz, hoje ocupado pelo ministério de negócios estrangeiros; a «Casa de la Villa» ou «Ayuntamiento»; a Puente de Segóvia, sobre o rio Manzanares; as «Puertas de Alcalá»; a antiga «Aduana», etc., etc., são, entre muitos outros interessantes monumentos que testemunham a grande dedicação que a Madrid votaram alguns dos monarcas da Casa de Áustria. E entre estes, principalmente os reis Felipe V, Fernando VI e Carlos III. Cabe, todavia, ao reinado deste último o maior número de edificações e, em tal quantidade elas são que, sob o ponto de vista arquitectónico, se pode abertamente falar de Madrid de Carlos III. Quanto a estilos, predomina o neo-clássico também, mas bastante desvirtuado quanto a pureza de linhas — e no mesmo estilo são a maioria das construções da dinastia bourbónica em que se avanta o conhecido Palácio do Oriente, projectado por Juvara.

Na actualidade, a «*Villa del Oso y del Madroño*» — vila: porque não tem, nem pretende foral de cidade; do Urso e do Medronheiro: porque são estes os dois valores heráldicos do seu brasão e que fazem recordar as antigas florestas que teriam existido no arredor — ocupa uma área muito superior aos 76 quilómetros quadrados assinalados pelo seu «Ayuntamiento», antes das anexações dos pequenos municípios arrabaldinos: Chamartin de la Rosa, Vallecas, Carabanchel, etc., que elevou num repente a sua superfície e a sua população — esta para mais de um milhão e meio de habitantes. A este conjunto urbano, chamam hoje o «*Grand Madrid*».

Cidade muito saudável, situada a uma altitude de 650<sup>m</sup>,7 acima do nível do Mediterrâneo (assim reza uma placa colocada na «Puerta del Sol»); abrigada dos ventos gelados do norte pelas serras do Guadarrama e de Gredos; abastecida de finíssima água; disfrutando de um clima não rigoroso; recortada de amplas e longas avenidas na sua parte moderna; com uma artéria onde se erguem os mais altos edificios da Europa, a Avenida de José António (Gran Via); com belos teatros e luxuosos cinemas, sempre abertos; com riquíssimas colecções de Arte; muitas academias e uma Universidade: Madrid, por tudo isto, e ainda porque é a capital mais alegre deste Continente-Mártir, é uma cidade onde apeetece permanecer. «*Viva Madrid, que és mi tierra!*»: eis a clássica exclamação — ao que se diz — de nacionais e estrangeiros quando a ela chegam pela segunda vez. E os madrilenos, gente educada e muito hospitaleira, tudo fazem para que assim continue a suceder...

### Visita a obras e realizações municipais

Depois da apresentação de cumprimentos aos representantes do Governo, o sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, acompanhado pelo Ex.<sup>mo</sup> «Alcalde» matritense, visitou, na tarde do dia 21, diversas obras e realizações municipais, sindicais e estaduais.



Chegada a Madrid. O Presidente da Câmara, entre o Ministro de Portugal em Madrid, Dr. Luís Norton em representação do Embaixador Carneiro Pacheco, e o Alcalde de Madrid, Conde de Santa Marta.

O Município de Madrid elegeu o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa «Concejal» honorário e perpétuo. Na sessão de homenagem, presidindo o Alcalde acompanhado pelo Arcebispo de Madrid, o Presidente da Câmara pronuncia o seu discurso de agradecimento.



Os Presidentes dos dois Municípios  
surpreendidos pelo fotógrafo em uma visite  
particular à cidade de Madrid, Portas do Sol.



O Alcalde e a Câmara Municipal  
de Madrid despedem-se do Presidente  
da Câmara Municipal de Lisboa.



Esteve na Estação de Trolleybuses, na «Ciudad Jardin», um dos mais modernos bairros madrilenos; visitou o conjunto de 2.000 moradias da «Colónia del Pilar», construídas por iniciativa do «Instituto Nacional de la Vivienda» de colaboração com a «Obra Sindical del Hogar», e ainda os quarteirões de casas económicas edificadas pelo «Ayuntamiento» nas cercanias da Praça de Touros Monumental e na «Calle» de Florestan Aguilar, etc.

De todas estas visitas, o sr. tenente-coronel Salvação Barreto guardou a melhor recordação, pelo que tais obras representam de esforço no sentido da melhoria das condições de vida do trabalhador madrileno e do progresso da capital espanhola. E da sua satisfação fez testemunha o Ex.<sup>mo</sup> «Alcalde» a quem, a par e passo, foi transmitindo as suas boas impressões.

### Recepção no «Ayuntamiento» para entrega do título de «Concejal» honorário e perpétuo

Às 7,30 da tarde desse mesmo dia 21, reuniu-se na «Casa de la Villa», o «Ayuntamiento» em sessão plenária sob a presidência do sr. eng.<sup>o</sup> Moreno Torres, Conde de Santa Marta de Babiló.

Aberta a sessão, foi então lida pelo secretário da insigne corporação, Don Mariano Verdejo, uma moção da «Alcaldía» na qual se propunha a nomeação do sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, tenente-coronel Álvaro Salvação Barreto para «Concejal» (vereador) honorário perpétuo daquele «Ayuntamiento».

Uma vez lida a referida moção, esta foi aprovada por unanimidade e o sr. «Alcalde-Presidente» deu então conta de que a mesma havia sido já aprovada pelo ministro «de la Gobernación», Ex.<sup>mo</sup> Sr. Don Blás Perez Gonzalez.

Pelas 8 horas, na mencionada «Casa de la Villa», profusamente iluminada e ricamente engalanada, efectuou-se uma recepção, precedida de sessão solene, em que ocuparam a mesa da presidência os srs. «Alcalde» de Madrid, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa; Bispo de Madrid e Alcalá, Doutor Eijo Garay; e Presidente da «Disputación Provincial», Marqués de Valdavia.

Assistiram a estas cerimónias, entre muitas outras altas personalidades, os srs. ministro-conselheiro da Embaixada de Portugal, o subchefe do Estado Maior Central, director-geral de «Seguridad», chefe superior da Polícia, delegado nacional de «Sanidad», etc.

Iniciada a sessão solene, o sr. secretário do Município matritense voltou a ler a moção já referida e que — em tradução livre — é do teor seguinte:

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Ex.<sup>mo</sup> Senhor:

A irmandade luso-hispânica decretada por Deus, ao levar-nos a conviver sobre o mesmo solo e sob o mesmo céu, manifestou-se sincera e efectiva nestes últimos tempos da nossa História. Grandes são as provas que, de Portugal, temos recebido; desde a ajuda, sincera e eficaz, prestada nos críticos momentos da nossa Guerra de Libertação e os pactos firmados e fielmente cumpridos para defender interesses comuns, quando a maioria das nações, servidoras cegas do comunismo, tratavam de isolar a Espanha; até à grandiosa recepção do nosso Caudillo, como símbolo e encarnação da Pátria espanhola, e que foi o momento histórico do máximo afecto entre os dois povos.

Lisboa e Madrid, cabeças de ambas as nações, souberam honrar o papel que lhes correspondia, mantendo as mais sinceras relações. Em data recente, aquela cidade, cuja importância cresce de dia para dia no mundo, quis ter, como seu hóspede de honra, o nosso «Alcalde-Presi-

dente» e, em data mais recente, os representantes deste Município, no II Congresso de Capitais, foram ali cumulados de atenções. Cumpre-nos corresponder agora, para o que não temos que fazer mais do que deixar-nos conduzir pelo nosso impulso afectivo e cordial — que em nós vive cada vez com mais força — e com o pensamento de concretizá-lo em algo, que, por ser muito nosso, torne patente de um modo rotundo a irmandade em que queremos viver, o Ex.<sup>mo</sup> «Ayuntamiento», em sessão extraordinária efectuada hoje, concorda, por aclamação, nomear o Ex.<sup>mo</sup> Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, «Concejal» honorário perpétuo de esta Vila.

Trata-se de uma distinção que Madrid jamais outorgou. O cargo efectivo, ou honorário, exige, para sua obtenção, a condição de se ser espanhol. É a primeira vez que se concede em Espanha a quem não ostenta esta nacionalidade — e isso vem confirmar até que ponto sentimos próximo de nós o povo português, cuja prosperidade e cuja independência desejamos como algo que diga respeito à própria essência da nossa Pátria.

Ao ter a honra de comunicá-lo a V. Ex.<sup>a</sup>, cumprio um dos mais gratos deveres que me tem proporcionado esta Presidência.

Madrid, 21 de Novembro de 1950.

(a) *Conde de Santa Marta.*

E seguidamente — agora no meio dos calorosos aplausos da enorme assistência — o sr. «Alcalde» impôs ao sr. Presidente da Câmara as insígnias de «concejalía»...

Após esta cerimónia, cuja transcendência histórica nas relações entre as duas capitais por tão visível não carece de comentários, o sr. Conde de Santa Marta pronunciou um eloquente discurso.

Começou por se referir ao acto de que, momentos antes, fora um dos protagonistas, vincando o facto de ser a primeira vez que tal nomeação se fazia a uma alta personalidade não espanhola. «Facto — disse — que realça ainda mais a amizade e os laços que nos unem ao povo de Lisboa». E continuou: «Os povos estimam-se, se os seus governantes se estimam também por sua parte. E não há dúvida que, durante a Guerra de Libertação, e depois dela, os nossos governantes: o nosso invicto Caudillo e o Presidente da nação portuguesa, General Carmona, e o seu inteligente chefe de Governo, Senhor Oliveira Salazar, demonstraram, a todo o momento, o seu amor e carinho pela nossa querida Pátria. E, agora, num plano mais modesto, este axioma é ratificado, dado que, primeiro em Lisboa e agora aqui, patenteio, uma vez mais, o profundo afecto que sinto pelo ilustre hóspede do povo madrileno, excelentíssimo Senhor *Don Alvaro Salvação Barreto*».

A estas palavras, que foram corroboradas com prolongadíssimos aplausos, respondeu o sr. Presidente da Câmara com um breve, mas muito elegante improvisado, em que disse do seu agradecimento pela distinção recebida, fazendo, em seguida, referência ao duplo encargo que pesava sobre a sua pessoa: a de representar em Madrid o Município e o Povo de Lisboa, afirmando que os seus méritos próprios não bastavam para obter um resultado óptimo da grata missão que ali o levava, missão — explicou — que se tornava ainda mais pesada pela honra que lhe dispensara o Município madrileno, ao nomeá-lo seu «Concejal» honorário e perpétuo.

Seguidamente, afirmou que o caminho rasgado por uma política sensata de apoio e solidariedade, de que são intérpretes os Chefes dos Estados, espanhol e português, e os seus Municípios, fizeram o possível por que se encontrassem os espíritos de ambas as cidades nas pessoas dos seus «alcaldes».

E terminou, dizendo que aceitava a gentileza da nomeação como uma homenagem de Madrid ao Município e ao Povo lisboetas; saudando a capital espanhola nas pessoas da muito ilustre assistência.

Estas últimas palavras, foram sublinhadas por uma prolongada e carinhosa ovação.

Ergueu-se, então, para falar S. Rev.<sup>ma</sup> o Bispo de Madrid e Alcalá, Doutor Eijo Garay, que pôs em destaque o valor da amizade luso-espanhola como modelo de compreensão entre os povos, tendo palavras de muito elogio para os estadistas de Portugal e Espanha, e terminando por dirigir uma saudação muito expressiva ao sr. tenente-coronel Salvação Barreto.

O Sr. Conde de Santa Marta de Babio deu então por encerrada a sessão, servindo-se, em seguida, um «Vinho de Honra».

No «Livro de Ouro» do Município matritense, o sr. Presidente da Câmara deixou escrito o seguinte autógrafo: «*Tenho muita honra em representar o povo de Lisboa ante o de Madrid*».

### Novas visitas a obras e realizações municipais

Continuando o programa de visitas na capital espanhola, o sr. Presidente da Câmara, no dia 22, na companhia do Ex.<sup>mo</sup> «Alcalde» e de nutrida comitiva de técnicos municipais, foi observar o prolongamento da Avenida del Generalísimo, vulgo: Castellana, e ruas adjacentes. Em seguida visitou o magnífico estádio ou, mais precisamente: o magnífico campo de futebol do clube «Real Madrid», à margem daquela, e os entroncamentos ferroviários com a novíssima estação subterrânea dos «Nuevos Ministerios», que tem 320 metros de extensão, quatro vias e três cais, a qual mereceu elogiosas referências ao sr. tenente-coronel Salvação Barreto. Deslocou-se, depois, ao «Parque Móvil de los Ministerios», grandioso e moderníssimo edifício de vários pisos onde são recolhidos e reparados todos os automóveis do Estado espanhol.

O sr. Presidente da Câmara e comitiva acompanhante, dirigiram-se, finda a visita à enorme garagem acima referida, ao celeberrimo «Museo del Prado», maravilhosa galeria de Arte onde se guarda o mais rico tesouro pictórico de todo o Mundo. Ali se encontram representados, em alardes de génio insuperável, muitos «Primitivos» espanhóis e muitas das mais famosas «telas» de Velazquez e Goya. E «El Greco», Murillo, Zurbarán, Morales, Ribera, Cano, Berruguete, Claudio Coello, etc., etc., e ainda muitos pintores estrangeiros, sobretudo italianos — Rafael, Veronés, Tintoretto, Tiépolo... — estão, também, ali representados. Devido à generosidade de um espanhol ilustre, o «Prado» conta desde 1941 com um «Botticelli» e alguns «Primitivos» italianos. Mas, a Arte flamenga de antanho tem igualmente ali imponente e vasta representação: Rubens, Van Dyck, Teniers, Jordens...

O sr. tenente-coronel Salvação Barreto foi recebido pelo director daquele museu, o Pintor Vazquez Diaz, mestre famoso da Arte espanhola contemporânea, que, amavelmente, o acompanhou, conjuntamente com os restantes membros da comitiva, na rápida visita.

Depois desta visita, o sr. Conde de Santa Marta ofereceu-lhe um almoço no simpático «Clube de la Puerta de Hierro», no arrabalde, a que assistiram muitos convivas. E, finda a refeição, que decorreu no melhor ambiente de alegria e cordialidade, o sr. Presidente da Câmara, de novo acompanhado pelo Ex.<sup>mo</sup> «Alcalde» e comitiva, foi admirar algumas maquetas da vizinha «Ciudad Universitaria», expostas nas salas da respectiva reitoria, e alguns dos edificios das distintas faculdades, reconstruídos ou edificados de novo após a Guerra Civil, os quais lhe mereceram palavras de muito agrado. Em seguida, deslocou-se aos jardins «Sabatini», cuja designação é homenagem ao arquitecto do mesmo nome que, no século XVIII, construiu palácios e igrejas em Madrid, e que revelam o melhor engenho dos madrilenos na difícil arte da Jardinagem.

Dali, a caravana de automóveis seguiu para a «Casa de Campo», onde o sr. Presidente admirou a piscina. Foi, depois, admirar o túnel do caminho de ferro sub-urbano, ou de cintura; as instalações taurinas da «Venta de Batán», airoso cerrado onde são expostos os touros antes das corridas e, em cuja estalagem típica, se pode comer, beber e... folgar alegremente. Trata-se de uma iniciativa, ao jeito andaluz, há pouco terminada, e que é mais uma atracção turística a juntar a tantas outras que a cidade já possui. Ainda e sempre acompanhado pelo sr. «Alcalde» de Madrid, o sr. tenente-coronel Salvação Barreto encaminhou-se seguidamente para o Manzanares, o rio da cidade — e que, no dizer dos mordazes andaluzes, «és navegable a pié y a caballo...» — a fim de observar os trabalhos de canalização do mesmo (canalização em vala), depois do que foi ao sítio da «Virgen del Puerto» para visitar as obras de urbanização do local.

Em toda a parte, o sr. Presidente da Câmara teve palavras de compreensão e elogio, conversando animadamente com os técnicos dirigentes das obras.

No mesmo dia, o «hóspede de honra da Cidade» visitou ainda o magnífico Palácio do Oriente, antiga residência dos reis de Espanha, enorme, mas elegante fábrica arquitectónica edificada em estilo neo-clássico renascentista sobre as ruínas do velho alcácer mourisco que um incêndio destruiu. Percorreu as lindíssimas salas do Trono, «Gasparini», das Porcelanas, de Carlos III, dos Espelhos e dos Banquetes e ainda a «Armeria», museu anexo, onde se guarda uma das mais preciosas colecções de armas, troféus e uniformes militares de todo o Mundo.

### Uma caçada em honra do senhor Presidente da Câmara

No dia 23, o sr. Presidente da Câmara tomou parte numa caçada, dada em sua honra, num couto dos arredores de Madrid. Esta montaria, decorreu com muita animação, sendo abatidas muitas peças de caça.

### Visite a Toledo

Na companhia do Ex.<sup>mo</sup> «Alcalde» de Madrid, das filhas de ambos, «Concejales» srs. Moscardó e Lopes Quesada, e outras personalidades municipais, o sr. Presidente da Câmara visitou, no dia 24, a cidade-museu que é histórica Toledo, cidade irmã gémea da nossa Lisboa na sua amizade para com o Tejo...

O Ex.<sup>mo</sup> presidente da «Disputación Provincial», sr. Rodriguez Bolónio, e o Ex.<sup>mo</sup> «Alcalde» toledano, sr. Marin, acorreram a receber o ilustre visitante português e dignaram-se acompanhá-lo, também, na sua ronda turística pela cidade.

O sr. tenente-coronel Salvação Barreto e acompanhantes estiveram na Catedral, no Alcácer, onde funciona uma academia militar, e que se encontra já parcialmente reconstruído; na «Casa del Gréco» e em outros monumentos históricos daquela velha e muito nobre cidade castelhana.

Ao sr. Presidente da Câmara foi depois oferecido um almoço de homenagem na pousada típica «Venta de Aires», a que concorreram igualmente todos os seus acompanhantes.

A partida, o Ex.<sup>mo</sup> «Alcalde» da cidade presenteou o sr. tenente-coronel Salvação Barreto e sua filha com alguns «recuerdos», reveladores de bom gosto e da melhor hospitalidade.

### Visite ao Escorial e almoço oferecido pelo Ministro do Interior

No dia 25, o sr. Presidente da Câmara, com o sr. Conde de Santa Marta de Babio, visitou San Lorenzo del Escorial, a cinquenta quilómetros de Madrid, onde — como se sabe — existe o famoso mosteiro mandado construir por Felipe II. 27

Recebidos pelo Ex.<sup>mo</sup> «Alcalde» local, sr. Almela, os visitantes percorreram as principais dependências do gigantesco e histórico convento.

Ao meio dia, num luxuoso hotel da localidade, o ministro «de la Gobernación», Ex.<sup>mo</sup> Sr. Don Blás Perez Gonzalez, ofereceu ao presidente do nosso Município um banquete a que, além do Conde de Santa Marta de Babio, assistiram também os srs. governador civil da província; presidente da «Disputación Provincial»; «Alcalde» de El Escorial e outras personalidades, assim como a filha daquele ministro espanhol, as do Ex.<sup>mo</sup> «Alcalde» de Madrid e a do sr. tenente-coronel Salvação Barreto.

### Últimas homenagens

Ainda no dia 25, à noite, no palacete da Embaixada de Portugal, na «Castellana», o respectivo embaixador, Doutor Carneiro Pacheco, ofereceu um banquete em honra do sr. Presidente da Câmara.

A esse banquete, além de todos os componentes da missão diplomática portuguesa acreditada em Madrid, assistiram muitas figuras de destaque na vida social da capital espanhola. Aos brindes o sr. Embaixador levantou a sua taça em homenagem ao Ex.<sup>mo</sup> «Alcalde» de Madrid e ao Presidente do Município de Lisboa enaltecendo a política de afectuosa compreensão entre os dois países, como convém aos interesses das duas nações e referindo o apreço em que tem os homenageados dirigido a ambos plavras de cumprimentos e de muita amabilidade e formulando os seus votos pelo progresso das duas capitais.

Porém, foi no dia seguinte — Domingo — que o sr. tenente-coronel Salvação Barreto recebeu as últimas homenagens oficiais, traduzidas num almoço que lhe foi dedicado pelo Ex.<sup>mo</sup> «Alcalde» da cidade e em que tomaram lugar a seu lado, entre muitas outras individualidades, os srs. embaixador de Portugal e ministro-conselheiro da nossa Embaixada; director-geral de «Seguridad», sr. Rodriguez Martinez; presidente da «Disputación Provincial», sr. Marquez de Valdavia; srs. «Tenientes de Alcalde», «Concejales», etc. No final do banquete trocaram-se frases reveladoras da melhor cordialidade, entre o Ex.<sup>mo</sup> «Alcalde» e o sr. Presidente da Câmara Municipal.

De tarde, o sr. tenente-coronel Salvação Barreto assistiu a um desafio de futebol entre grupos da I Divisão, após o que, acompanhado de sua filha e do «Teniente de Alcalde», sr. Bringas, seguiu de automóvel para Bailén onde pernitoou, continuando, na manhã seguinte, viagem para Córdoba e Sevilha, com rumo a Portugal, e onde viria a receber, da parte das autoridades municipais daquelas famosas cidades andaluzas, as melhores atenções de cortezia e hospitalidade.

Finalizando: A visita do sr. Presidente da Câmara a Espanha, constituiu, pois, a todos os títulos, um esplêndido êxito; ficando a valer como mais uma ponte de compreensão e mútuo affecto entre os povos de Madrid e Lisboa.

*Luis de Quadros.*

### Nota da Redacção

Esta revista de cultura e informação olisiponense, como órgão que é do Ex.<sup>mo</sup> Município de Lisboa, regista, com desvanecimento, a atitude amiga e compreensiva de toda a Imprensa espanhola e da «Rádio Nacional de España» no destaque dado às notícias e reportagens da visita do nosso estimado Presidente da Câmara, sr. tenente-coronel Alvaro Salvação Barreto, à gloriosa «Villa de Madrid» e às belas cidades andaluzas que são Córdoba e Sevilha.

28 Para todos os jornais espanhóis, para os dirigentes da rádio oficial espanhola, vai o nosso sincero agradecimento. E agradecimento muito penhorado, vai também para as agências «Cifra» e «Efe», na pessoa do seu director-gerente, Don Pedro Gómez Aparício, e para o correspondente da segunda em Lisboa, Don Luís Mendez Domínguez, pelo dinamismo e proficiência postos no aã informativo junto das Imprensas e Rádios de Espanha e Portugal.



# HOMENAGEM DE LISBOA À CIDADE DE MADRID



a reunião pública da Câmara Municipal de Lisboa, do dia 28 de Dezembro, o seu Presidente, sr. tenente-coronel Salvação Barreto, depois de dar conta da visita que recentemente fizera à capital espanhola, como hóspede de honra do respectivo «Ayuntamiento», a convite do seu «alcalde», e de pôr em relevo as atenções e deferências com que o haviam cumulado durante a sua visita a Madrid, onde foi recebido em sessão extraordinária do Município, noticiou que o presidente da Câmara Municipal de Lisboa fora distinguido com uma alta honraria — a nomeação de «concejal» honorário perpétuo da cidade de Madrid.

Verdadeiramente sensibilizado pela forma como decorreu a referida sessão extraordinária do Município de Madrid e ainda pelos esforços de todos os componentes do «Ayuntamiento» para que essa sessão tivesse o mais alto significado, entendia que semelhantes homenagens e honrarias não deviam atribuir-se a ele próprio — à pessoa do presidente, não obstante as relações de amizade e simpatia que mantém com o Alcalde, Conde de Santa Marta — mas ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e, portanto, de uma maneira indirecta, à nossa cidade. A honra era ainda mais de realçar por ser, pela primeira vez, concedida a uma individualidade estrangeira. Nestes termos, e com fundamento na amizade e fraternidade política, nos últimos anos tornada efectiva pelos governos das duas nações irmãs, e em virtude das cordiais relações mantidas pelos dois referidos Municípios, quer por motivo de recíprocas visitas, quer pelo estreito contacto de ordem técnica e administrativa estabelecidos entre eles durante os dois recentes Congresso das Capitais, realizados em Paris e em Lisboa, entendia que estaria no ânimo da vereação retribuí-la, e por isso propunha:

«Que, nos termos dos artigos 1.º e 4.º do Regulamento respectivo, fosse concedido ao Ayuntamiento da nobre e fidalga cidade de Madrid, como expressão de amizade peninsular e de mútua simpatia entre as duas capitais, a Medalha de Ouro da Cidade de Lisboa.»

A proposta foi aprovada por unanimidade, e, para cumprimento se redigiu e desenhou a comunicação que reproduzimos em seguida e foi enviada pelo Ex.<sup>mo</sup> Presidente da Câmara Municipal de Lisboa ao Ilustre Presidente do Ayuntamiento de Madrid.



Exmo. Snr.  
Alcalde Presidente do  
Ayuntamiento de Madrid

Excelentíssimo Senhor:

Tenho a honra de dar conhecimento a Vossa Excelência, que a Câmara Municipal de Lisboa, em sua reunião realizada em 28 do mês de Dezembro do ano findo, aprovou por unanimidade a seguinte proposta por mim apresentada:

Espanhois e portugueses, irmãos e vizinhos, tantas vezes lado a lado em grandes acontecimentos da História, desde a cruzada da Reconquista à Epopeia dos Descobrimentos, tem nos últimos anos, em feliz e mútua compreensão e sob o signo do mesmo ideal, estreitado os laços duma colaboração activa, que no campo da política internacio-



nal assumiu expressão superior ao Pacto diplomático que, durante a recente conflagração transformou a Península numa zona de paz no mundo convulsionado e nela agora pode erguer um dos mais sólidos baluartes da civilização Ocidental.

As manifestações de entendimento entre os dois governos, que caracterizam a actual acção externa de Portugal e Espanha, tem sido já sublinhada por calorosas homenagens, reciprocamente prestadas aos seus ilustres chefes de Estado e altas figuras de governo por espanhóis e portugueses e, também, por demonstrações de cordial amizade que existe entre os Municipios das duas capitais, ainda há poucas semanas concretizada na excepcional e para nós tão grata distincção concedida pelo Ayuntamiento de Madrid ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, ao nomea-lo, por aclamação, seu concejal honorário e perpetuo.

E porque tão feliz e oportuna orientação governativa deve ser vibrantemente secundada.

sempre que possível, por quantos proclamam a sua confiança numa directriz política que, perante as graves ameaças que pairam sobre a Europa Cristã, e' a que melhor pode servir o alto ideal civilizador em que se aprofundam as raizes seculares das duas Nações Peninsulares.

Senho a honra de propor:

que, nos termos dos artigos 1.º e 4.º do Regulamento respectivo, seja concedida ao Ayuntamiento da nobre e fidalga cidade de Madrid, como expressão de amizade peninsular e de mútua simpatia entre as duas capitais, a Medalha de Ouro da Cidade de Lisboa."

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha distinta consideração e elevado apreço.

A Bem da Nação  
Paços do Concelho de Lisboa, em 6 de Janeiro de 1951



O Presidente da Câmara

*Alvaro Salvação Barreto*

Alvaro Salvação Barreto



M O N U M E N T O A  
F E R N Ã O  
D E M A G A L H Ã E S



Descerramento e inauguração da Estátua  
de Fernão de Magalhães.

O Presidente da Câmara Municipal  
proferindo o seu discurso.



# N

a Praça do Chile foi inaugurada, solenemente, no dia 17 de Outubro, por ocasião do II Congresso das Capitais, a estátua a Fernão de Magalhães, que o Governo chileno ofereceu à cidade de Lisboa. Mais um monumento a um grande navegador português ficou a perpetuar a sua memória numa das nossas praças. Presidiu à cerimónia o sr. Ministro do Interior, a cuja direita se sentaram os srs. Ministros das Obras Públicas e do Chile, sr.<sup>a</sup> de Renard y Valenzuela esposa daquele diplomata, e dr. Rui de Medina, que representava o sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros; e, à esquerda, os srs. Ministro da Marinha e tenente-coronel Salvação Barreto, presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Juntou-se muito povo em redor da praça e do monumento, que foi descerrado pela sr.<sup>a</sup> de Renard y Valenzuela, a convite do presidente do Município. Uma companhia de Sapadores Bombeiros prestou a guarda de honra. Encontravam-se presentes os srs. Juan Urpina Castellvi e António Valle Domingues, respectivamente, consul-geral e consul do Chile, em Lisboa; Luís Pastor de Macedo, Vice-Presidente do Município de Lisboa; general Afonso Botelho, comandante-geral da G.<sup>a</sup> N. R.; coronel Mário Cunha, comandante-geral da P. S. P.; tenente-coronel Monteiro Libório, comandante da P. S. P. de Lisboa; dr. Amadeu Ferreira de Almeida, antigo Ministro de Portugal no Chile; capitão Pereira Coutinho, que representava o chefe do Estado-Maior do Exército, vereadores, directores e funcionários superiores da Câmara Municipal de Lisboa. Viam-se, ainda, alguns delegados portugueses e estrangeiros ao II Congresso Mundial das Capitais. Após a cerimónia de descerramento da estátua, que estava coberta com a bandeira da cidade de Lisboa, e durante a qual se ouviam os hinos do Chile e de Lisboa, o sr. tenente-coronel Salvação Barreto, disse:

«Esta homenagem a um dos vultos mais ilustres do nosso século XVI que foi o Século-de-Oiro da História portuguesa — deve-se a uma nação amiga, onde a memória de Fernão de Magalhães permanece viva e ligada até à própria geografia do país. A iniciativa desta cerimónia pertence, com efeito, à República do Chile, que, há já alguns anos, resolveu oferecer à nossa capital a réplica duma estátua que ali atesta a gratidão do povo chileno pela grande realização científica do navegador português. Mas só há poucos meses se conseguiu ultimar o assunto, graças às diligências do actual e muito ilustre Ministro do Chile em Lisboa, o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Luís Renard, simpática personalidade de diplomata e de homem culto, a que me é extremamente grato apresentar a expressão do nosso reconhecimento.

Assim, nesta Praça do Chile, que sublinha, na toponímia de Lisboa, os afectuosos laços de amizade que prendem Portugal à nobre nação americana, passa a erguer-se, representado numa obra escultórica que sobremaneira honra o gosto, a inspiração e a técnica da Arte chilena, a figura de um compatriota nosso que na Era de Quinhentos alcançou um renome mundial, que ainda hoje ecoa por todo o Planeta. Fernão de Magalhães foi um produto da náutica portuguesa saída da Escola do Infante D. Henrique e consagrada na Epopeia gigantesca que nos deu o conhecimento dos novos Oceanos e dos Novos Continentes, conduzindo-nos à Índia e ao Brasil. Por isso, a sua viagem de circumnavegação do Globo, feita quando se encontrava ao serviço de Espanha, provando para sempre a esfericidade da Terra, foi mais um triunfo da cosmografia e da arte de navegar que impulsionaram, sob novas estrelas, as caravelas portuguesas na revelação de um Mundo desconhecido, que serviria de maravilhoso átrio à Idade Moderna.

Propositadamente se escolheu o momento em que está reunido, em Lisboa, o II Congresso das Capitais do Mundo, para se proceder a esta cerimónia de culto histórico e cívico, com a qual se pretende, nesta hora conturbada do Mundo, em que densas nuvens se acumulam sobre o futuro da nossa milenária Civilização, dar expressivo exemplo de solidariedade internacional, na comunhão de altos interesses espirituais, honrando um grande português, que foi um benemérito da ciência e que, com a sua heroicidade e o sacrifício da própria vida, abriu novos horizontes ao progresso do Mundo, às relações fraternas entre os povos e ao culto da Paz cristã, que, mais do que nunca, deve ser o anseio de quantos, neste momento, têm, em toda a parte, responsabilidades no governo das cidades e das nações».

Seguidamente, o sr. Ministro do Chile disse:

Señores Ministros de Estado,  
Señor Presidente y Vice Presidente de la Cámara Municipal de Lisboa,  
señor General y señores:

Gracias a la cortesía que caracteriza todos los actos del señor Teniente Coronel Álvaro Salvação Barreto, fino cultivador de los conocimientos humanos, que dirige con el aplauso general los destinos de esta bella y progresista Capital, se ha podido realizar en este día la inauguración del Monumento al insigne cosmógrafo portugués Fernão de Magalhães, como una de las actividades del II Congreso Mundial de Capitales.

Fernão de Magalhães fué, señores, el primer hombre que demostró de una manera práctica da forma de nuestro planeta, dando así término al descubrimiento del mundo en que vivimos. Por esto el Presidente de la Cámara Municipal ha hecho un acto de justicia al asociar deliberadamente el nombre de Magalhães a este Congreso que abarca el Mundo que él circunnavegó.

Este célebre navegador portugués de carácter firme y paciente, que conocía como nadie la ciencia de la cartografía y el arte de navegar, estableció, señores, hace nada menos que 430 años el primer contacto entre Portugal y Chile, contacto que através de los siglos se ha ido estrechando hasta unir a los dos pueblos en la más fraternal y reciproca amistad.

En Chile, como el Señor Salvação Barreto muy bien lo ha dicho, se profesa veneración y gratitud a la figura de Magalhães. Una provincia y un estrecho de mi país ostentan con orgullo su nombre y sus habitantes se inspiran en el ejemplo de fortaleza y de valor moral del famoso navegante que sacrificó por su idea todo lo que poseía, hasta la vida.

Nosotros los chilenos vemos en Magalhães la encarnación del esfuerzo portugués, práctico y dominador de todas las adversidades, hasta obtener la gloria. Por eso mi Gobierno ha creído que su Monumento debe ornamentar la Plaza Chile de Lisboa.

Esta estatua constituye una verdadera comunión entre Chile y Portugal, pues su escultor, sus artífices y su bronce son chilenos y el homenajeado es portugués.

Para el Ministro de Chile que habla, es motivo de satisfacción y honra sin igual, hacer entrega del Monumento a Fernão de Magalhães a la muy noble y siempre leal ciudad de Lisboa, delante de una concurrencia tan distinguida y en ocasión tan solemne.

Antes de terminar, quiero agradecer de una manera muy especial la presencia en este recinto de los Excelentísimos representantes del Gobierno señores Ministros del Interior, Marina y Obras Públicas.

Mil gracias señor Salvação Barreto.





*Da coleção do Ex.<sup>ma</sup> Senhor João de  
Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres*

*VISTA DE LISBOA*

*(Pintura a óleo sobre tela atribuído a Detarge)*



## C E N T E N Á R I O D E G U E R R A J U N Q U E I R O

A Câmara Municipal de Lisboa não podia deixar de se associar às homenagens ao grande poeta Guerra Junqueiro, glória das letras pátrias, e, por isso, mandou lavrar lápida comemorativa do centenário do seu nascimento. No dia 14 de Dezembro foi ela descerrada solenemente na Rua Silva Carvalho, na casa fronteira àquela em que morreu o autor dos *Simplex*, visto estar para demolição próxima o prédio em que viveu.

A cerimónia, que se efectuou pelas 16 horas, com a presença do Vice-Presidente da Câmara Municipal, poetas, escritores e muito povo, iniciou-se pelo descerramento da lápida pela Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Maria Isabel Guerra Junqueiro Mesquita de Carvalho, filha do Poeta.

O Sr. Luís Pastor de Macedo, Vice-Presidente do Município, disse em seguida:

Acaba de ser descerrada a lápida que a Câmara Municipal de Lisboa, por sugestão da Ex.<sup>ma</sup> Comissão promotora das comemorações do 1.º centenário do nascimento de Guerra Junqueiro, mandou colocar defronte da casa onde por largos anos viveu e em 1923 faleceu o grande

poeta. E pena é, todos a sentimos, que neste ciclo comemorativo não possa ser inaugurada a estátua de Junqueiro, como seria o desejo da illustre comissão a que preside a alta figura do Senhor Dr. Júlio Dantas e como seria o desejo da Câmara Municipal de Lisboa a cuja administração preside o esclarecido espirito do Senhor Tenente-Coronel Alvaro Salvação Barreto, desejo amplamente compartilhado por todos os admiradores do poeta.

Aliás, essa cerimónia, teria perfeitamente o seu lugar na série de homenagens que a Câmara tem prestado ultimamente aos vultos mais notáveis das letras nacionais do século XIX.

Até há pouco, apenas Eça de Queiroz tinha sido distinguido com um monumento numa das artérias da capital, erguido, logo após a sua morte, por um grupo fiel de amigos e admiradores, quando se recordava ainda o homem superior e já se admirava a sua grande obra. Mas largos anos se passaram antes que se começasse a saldar as dívidas de gratidão que a nação contraíra para com as duas gerações de *Príncipes de Espirito* que ilustraram singular e brilhantemente a centúria passada, transformando-a, sob o ponto de vista literário, no novo *Século de Ouro da Poesia e da Prosa*.

E coube ao Município lisboés a honra de reparar a falta, compenetrado como estava e como está, da sua missão de valorizar artisticamente as artérias e as praças cidadinas com obras escultóricas que representem simultaneamente, actos de reconhecimento nacional para com as maiores figuras da moderna literatura portuguesa.

Assim se ergueram na nossa primeira avenida os vultos de Garrett e de Herculano e em breve se erguerão os de Castilho e Oliveira Martins. Camilo tem finalmente, depois de tantas e tão louváveis tentativas, o seu monumento à beira da rua que ostenta o seu glorioso nome, e Antero, o grande Antero, vai enriquecer dentro de pouco tempo, direi melhor, dentro de poucos dias, o cenário tão lisboeta e tão doce do Jardim da Estrela, como Cesário Verde se debruçará, próximamente, do miradouro a construir em S. Tomé, sobre o velho casario da velha Alfama e sobre o vai-vem rumoroso de docas e cais que um dia ele fotografou métricamente nas páginas tão encantadoras que nos legou.

Das figuras máximas que ilustraram as nossas letras oitocentistas, poucas ficam portanto, por distinguir na estatuária cidadina, mas dentre elas é notória a falta de Guerra Junqueiro, de Ramalho Ortigão e António Nobre. Ao admirável autor de *As Farças* pensa a Câmara prestar, brevemente, a justa consagração que o seu talento de prosador e o seu preceptorado cívico indiscutivelmente merecem. Quanto a Guerra Junqueiro, ter-se-ia aproveitado, e bem, este ano do seu centenário para prestar a devida homenagem à sua memória, fazendo levantar o seu monumento, possivelmente na bela avenida que tem o seu nome, se com a necessária antecedência nessa consagração se tivesse pensado. Mas a oportunidade há-de chegar e a dívida será também saldada.

Minhas senhoras e meus senhores:

Se não obtiveram, mesmo depois da sua morte, a admiração unânime que as obras de Garrett e de Herculano, de Oliveira Martins e de Eça, de Antero e de Ramalho, grangearam já para a posteridade, é certo que, em grande parte, os poemas de Junqueiro pela sua altitude lírica e pela sua perfeição métrica ingressaram há muito no património mais valioso da nossa Poesia moderna. Sofrendo embora — isto está dito e redito — as influências do seu tempo, é fácil reconhecer-se ao cantor de *Os Simples* uma colaboração nítida e original na obra de renovação lírica que se operou entre nós no último quartel do século XIX. E estamos todos de acordo, sob o ponto de vista estético, em consagrar Guerra Junqueiro, como uma das figuras mais representativas da geração de 70, que revolucionou com inteligência o gosto e a técnica do verso no final do passado século.

Pois foi aqui, numa das saletas deste 1.º andar, que faleceu o grande poeta. Estamos na madrugada de 7 de Julho de 1923. Sobre uma cama de ferro, já vestido com o seu fato preto — o seu fato mais velho, mais usado, conforme predispuzera — tem as mãos cruzadas no peito. À cabeceira, junto à porta que comunica com a grande sala da casa, ergue-se um crucifixo entre violetas, muitas violetas, e velas acesas. Eram 4 horas e 43 minutos quando Junqueiro expirou.

Daqui a pouco será transportado, já no seu caixão, para a sala contígua onde, ao fundo, oito velas iluminarão um quadro representando o Sagrado Coração de Jesus, uma medalha de Santa Cecília e a imagem de S. Francisco de Assis. Oito dias depois o seu corpo sairá da basílica da Estrela e será depositado nos Jerónimos.

«Morro crendo em Deus» — declarara ele, pouco tempo antes, ao sr. dr. Augusto de Castro — «No Deus dos católicos? Sim. Deus é um só».

O Junqueiro que acaba de falecer era o Junqueiro que se sobrepuzera, que se vencera a si próprio, que repudiara o outro Junqueiro, o das blasfêmias e o dos anátemas, o que fora um demolidor intrépido e um *fabricante* de trovoadas. Este Junqueiro que acaba de falecer já não é o político rebelde e violento, nem o mofador de instituições e de homens respeitáveis, nem o homem das gargalhadas diabólicas que faziam estremecer.

Este homem que está estendido no seu modesto catre, é o Junqueiro que um dia afirmara: «Deus é a infinita perfeição porque é amor infinito, sentindo e vencendo a infinita dor». — «A escola sem Deus é o infinito sem rumo, é o Universo morto, decapitado». É o glorioso autor da *Oração à Luz* e da *Oração ao pão*, o que escrevera com os esplendores do seu lirismo impregnado de regionalismo saudável e vivificador esse livro consolador — *Os Simples*; é o Junqueiro que um dia escrevera assim a alguém, supõe-se que a Raul Brandão: «Contei-lhe, há tempos, um episódio em que andara envolvido o nome de D. Carlos. Sei agora que há nele várias inexactidões e que não é verdadeiro o que se attribuia ao falecido Rei de Portugal. Cumpre-me fazer a correção necessária. Não quero levar para a cova, que é a paz, o perdão e o esquecimento, o mais ligeiro remorso». — «Não penso nos outros quando risco nos meus livros o que julgo menos nobre para a minha consciência, penso em mim. Na hora em que devo toda a verdade da minha alma aos homens e a Deus, não hesitarei. Quero ser justo até ao alento final».

É o Junqueiro que um ano antes, em Julho de 1922, dizia ao seu amigo dr. Queiroz Ribeiro: «Creio na dor bendita e na misericórdia de Deus. Bani da minha alma todas as paixões. Não odeio ninguém, nem os meus piores inimigos» — «Eu sofro com resignação e fé em Deus. A dor é salutar. Desejaria viver ainda dois anos para pôr em ordem todos os manuscritos, com um resumo claro da minha filosofia. Mas se Deus o não permitir, paciência».

O poeta que ali está vestido com o seu fato preto — o mais velho, o mais pobre o mais usado — é o Junqueiro que contrictamente amava a sua própria dor, que corajosamente confessara os seus erros, emendava ou repudiava algumas das suas produções. E é o Junqueiro de sempre, o das rajadas vibrantes de talento, o colorista sem par da Poesia portuguesa, o Junqueiro imortal.

É este — disse-o já o ilustre Presidente da Comissão das Comemorações — que se desejava recordar e enaltecer; é à memória deste que eu, nestas simples palavras, presto a minha homenagem.

Falou depois o Sr. Dr. Joaquim Manso, director do *Diário de Lisboa*, que, improvisando a sua oração, começou por manifestar o seu regosijo pelo facto do Sr. Luís Pastor de Macedo ter tratado do problema da estátua de Junqueiro, deixando a todos a certeza de que ela será realidade, acrescentando que, era com satisfação que via resolvido tal problema. Depois de elogiar a acção da Câmara Municipal de Lisboa, que está a povoar a cidade de monumentos a varões

ilustres, disse: «Guerra Junqueiro foi no seu tempo, na sua geração, no seu século, o poeta que melhor apreendeu o espírito da época. Junqueiro, a exemplo de Balzac, que escreveu a «Comédia Humana» e disse num dos seus livros: «comédia é tudo — mesmo a tragédia e o drama» — também escreveu três comédias: a da religião, na «Velhice do Padre Eterno»; a do amor, na «Morte de D. João»; e a da política, em «A Pátria». Depois, escreveu «Os Simples» e cantou o amor na sinceridade, a religião na pureza e a política na dignidade». E afirmou: «Por mais que se diga, por mais que se proteste, Junqueiro era religioso. Amava Deus com toda a sua alma. Os seus erros são erros humanos. A sua conversão estava feita dentro dele, que não teve necessidade de a fazer, mas sim de desfazer certas interpretações tendenciosas». Ao terminar, disse: «A sua obra é nossa, faz parte do nosso património. Estamos fartos de ver figuras de pouco valor elevadas a planos que não merecem. Junqueiro merece uma estátua em Lisboa e essa é a homenagem que se deve ao seu génio. Salvé, poeta egrégio e genial que na tua obra abraçaste o que mais nobre havia no Mundo e de mais belo havia na tua própria Pátria».



---

## RECTIFICAÇÃO

40

Por lamentável lapso, disse-se na página 40 da *Revista Municipal*, n.º 46, que as estátuas de Alexandre Herculano e Garrett inauguradas em 27 de Maio de 1950, eram da autoria respectivamente de Leopoldo de Almeida e Barata Feio, quando a verdade é serem as duas, obra de Barata Feio.



## AS CERIMÓNIAS DO 803.º ANIVERSÁRIO DA TOMADA DE LISBOA AOS MOUROS

O Município, festejou no dia 25 de Outubro o 803.º aniversário da Lisboa Cristã.

O 1.º acto comemorativo realizou-se na sede do Batalhão de Sapadores Bombeiros, pelas 10 horas da manhã, onde uma companhia a dois pelotões com bandeira e banda de música prestou honras ao sr. Luís Pastor de Macedo, vice-presidente da Câmara Municipal. Sua Ex.ª, depois de ter passado revista à guarda de honra, dirigiu-se à parada superior do quartel onde condecorou 36 sapadores-bombeiros e entregou diversas taças e medalhas às equipas vencedoras de várias modalidades desportivas.

O segundo número do programa constou da inauguração do monumento a Camilo Castelo Branco, na confluência da Avenida Duque de Loulé e Rua Camilo Castelo Branco e o terceiro numa placa comemorativa da obra de El-Rei D. Fernando, na chamada «Muralha Fernandina», na cerca do Liceu de Gil Vicente. Assistiram ao acto além do alto funcionalismo municipal, diversas individualidades civis e militares. O sr. Vice-Presidente, Luís Pastor de Macedo, pronunciou breves palavras alusivas às inaugurações. Pelas 16 horas, realizou-se no salão nobre dos Paços do Concelho, a sessão solene presidida pelo Chefe do Estado, tendo proferido a conferência que publicamos em seguida, o sr. architecto Raul Lino.

## A PROPÓSITO DA CIDADE

Há muitos anos, um conhecido engenheiro, que viveu e trabalhou em Lisboa, quando já era bastante avançado na idade, contou-me uma vez o seguinte pequeno episódio da sua vida, que eu nunca esqueci. Ele passara toda sua meninice na doce provincia do Algarve, de onde era natural, e estava habituado à placidez daquelas paisagens evangélicas, familiarizado com a gente do campo e os pescadores de tipo nazareno que povoam a região. Pelo que então ouvia contar, a criança sonhava com as riquezas de Lisboa, a vastidão da capital e a opulência da vida que ali se passava. Até que um dia o pai resolvera trazer o filho de 6 ou 7 anos até à metrópole para iniciar aqui a sua instrução. Nesse tempo a maneira mais cómoda de viajar entre Lisboa e o Algarve era pela via marítima, e, por uma bela tarde de Outono, o barco em que os dois vinham demandava a barra do Tejo e aproximava-se do ancoradouro.

As colinas de Lisboa apresentavam-se ao olhar admirado da criança como Babilónia inverosímil que só pudesse existir nos contos de fada. Como o sol já declinasse, os montes do Castelo e da Graça ardiam na fogueira desencadeada pelo poente a essa hora, e, nas vidraças do casário da Alta, e numa ou noutra frontaria de azulejo esbraseado, reflectiam-se os fulgores da luz candente daquele ocaso outonal. Toda a cidade se lantejoilava nas glórias do sol posto.

O pequeno viajante, abrindo cada vez mais os olhos deslumbrados, teve então esta exclamação interrogativa — «Oh pai, aquelas casas lá do alto são feitas de ouro?»...

Parece-me que este pequeno episódio nos pode servir de mote a abrir as palavras que vamos dizer e que porventura serão julgadas por alguns também como uma interpretação imaginosa da realidade à luz do momento que passa.

É certo que o jóvem futuro estudante de engenharia em breve se convenceu de que se houvesse comprado as casas doiradas pelo preço do vil metal, teria feito um mau negócio visto que, chegado o fim da tarde, toda aquela auriflúencia se convertia a pouco e pouco no chumbo das trevas.

Mas não importa; a imaginação guarda sempre as suas qualidades criadoras e estimulantes, para além do que possa ter de ingenuidade ou de loucura, sendo difícil estabelecer-se o limite exacto onde terminam as manifestações de um despropósito e onde surgem os primeiros sinais de uma experiência genial. Por isso os homens, para não errar, só definem em geral os casos extremos.

Seja como for, — sem imaginação é que mal merece a pena tratar de qualquer assunto relacionado com as aparências da cidade, a não serem casos técnicos que só interessariam também a técnicos especializados. — Vamo-nos referir — muito superficialmente, pois a isso nos obriga a escassez do tempo de que dispomos — a certa circunstância que respeita aos aspectos de uma capital e que julgo não será completamente inútil pôr em relevo.

O que se segue limita-se a simples advertência, apenas um vocábulo a indicar o caminho perigoso. É como uma dessas tabuletas em que se pinta em grandes letras a palavra: Cuidado! — Não pretende eliminar o perigo, nem proibir coisa alguma. Nada mais que chamar a atenção. — Quem passa terá então a livre escolha do caminho que prefere seguir.

Comecemos por aludir de entrada à geral desordem patente no campo da Architectura, a Arte que em primeiro lugar determina e informa todos os problemas urbanísticos, campo experimental onde lavra um grande esforço (louvado seja Deus!) para se atingir o desejável equilibrio entre os novos modos de sentir e o quadro em que a nossa vida se tem de desenrolar.

A confusão é inquietante e, entre teorias e hesitações, procura-se a maneira de pôr ordem no caos das ideias plásticas... e sem serem plásticas.

A grande transformação que se deu ultimamente nos aspectos da vida citadina dos povos mais progressivos é, quanto a nós, motivada pela tendência cada vez mais explícita para o movimento constante, a deslocação fácil; e de aí a dificuldade em congruar aparentemente esta predilecção, ou esta necessidade dinâmica, com a qualidade estática que até aqui regia a Arquitectura. — Já se vê que este é apenas o aspecto externo, palpável da situação. Se procurarmos ver mais fundo, o mal do espírito do nosso tempo é ter de se debater numa cultura em que a ciência, os conhecimentos e a técnica baniram da nossa vida muita amenidade sentimental.

A psique da gente, com seus sentimentos constitutivos arraigados por hereditariedade, recusa-se a aceitar uma nova concepção da vida, nascida do materialismo e cujas consequências exigem por toda parte nivelamentos que subvertem os ideais encastelados na velha ética.

E de aí o desajustamento e o desequilíbrio numa humanidade mal preparada para resistir a insinuações que se revestem de novidade aliciante, mas que levam no seu âmago propósitos perturbadores. — Nas escolas cultiva-se a inteligência, mas é muito precário o treino das faculdades visuais e auditivas indispensáveis para completar a nossa personalidade, conferindo ao carácter tèmpera excelente. Só no pleno uso destas virtudes nos é possível apreender em toda a extensão os imponderáveis — muita coisa que demora para além do peso, da conta, da medida, e da literatura.

Como fomos dizendo, — acerca do movimento torrencial das cidades — preocupa os urbanistas, parece que em primeiro lugar, o problema do trânsito. Um arruamento que satisfaça até certo ponto as exigências da enorme afluência de veículos torna-se num corredor que rasga o aglomerado citadino sem contemplanções. Por vontade de alguns técnicos multiplicar-se-ia sem limite o número destes arruamentos rectilíneos, — o que, além de difícil de pôr em prática, se tornaria pouco agradável para a maioria dos cidadãos. Seria como termos de viver numa casa onde não houvesse senão corredores. Mas os advogados da rua, que só vêem a rua, levam o seu gosto ao ponto de considerarem os arranha-céus, com os altíssimos poços dos seus ascensores, como simples prolongamento da rua, — uma rua vertical. Tropo à primeira vista engraçado, mas que está longe de corresponder à realidade.

Aí está uma coisa que nos não deve preocupar — a construção de arranha-céus em Lisboa. A não ser pelo prazer infantil de morar num 36.º andar que nos dê a ilusão de estarmos em Filadélfia, não há justificação para este género de construções entre nós, — pelo menos no centro da cidade. O facto de no meio da nossa Baixa, onde se concentra mais densamente a actividade comercial, haver — que me lembre — uns quatro prédios de um só andar, que há muito tempo já poderiam haver sido aumentados para cinco andares, e o não foram, é prova suficiente do que estou dizendo, e, enquanto subsistir este argumento insofismável, não me convenço do contrário.

Aos extensos arruamentos em linha recta pode e deve-se corrigir o defeito de parecerem corredores, e dessa possibilidade existem já acertados exemplos na nossa capital, por meio de pequenos desvios, alargamentos parciais, pracetas, sobretudo pela aplicação inteligente de arredo. — Sim, porque é bom pensarmos que também nos temos de ocupar dos peões, e não perder de vista o conhecido preceito aristotélico de que a urbe não serve apenas para garantir a segurança do cidadão, — há-de proporcionar-lhe deleite. Não pertence só ao trânsito o aglomerado citadino; é necessário haver sítio para se morar, espaço para o desenrolar das actividades culturais colectivas, para o exercício de recreios e do desporto, além de lugar para estabelecimento de certas indústrias. Por isso os problemas de urbanização têm grande complexidade.

Vai longe o tempo quando se delineava e construía uma cidade em forma de leque aberto, tendo no vértice a residência do príncipe reinante, e que tal disposição se mantinha satisfatória.



mente durante mais de uma centúria. Hoje em geral as cidades são organismos com núcleos antigos respeitáveis, mas de crescimento rápido, sujeitos aos mais variados influxos, de maneira que não pode haver senão soluções urbanísticas parciais ou de compromisso.

Neste aflorar dos complexos problemas de urbanização, não nos vamos deter a apreciar as características dos bairros residenciais, de que em Lisboa também se contam notáveis experiências, — muito mais interessante a todos respeito o Bairro de Alvalade, do que a encosta da Ajuda, à qual talvez falte aquela distinção e harmonia que seriam de esperar num bairro urbano categorizado. Os seus aspectos dão-me sempre a impressão desconfortante de uma Feira *Impopular*.

Mas não nos podemos deixar de referir de um modo geral ao efeito arquitectónico das construções. — É notório que existe uma acentuada corrente de certo género de arquitectura — chamemos-lhe assim, — que é importado e se afirma como sendo contemporâneo, no espírito e nos processos de construção. Este género, nas manifestações mais puras ou características que dele existem em países estrangeiros, é-nos oferecido ufanamente como a expressão plástica mais representativa da nossa actual civilização *maquinística*.

Se nos quisermos informar sobre as ideias que inspiram esta atitude, ouçamos o que dizem os seus teóricos; a literatura, se não é perfeitamente clara à primeira vista, é no entanto abundante. — Verifica-se logo pelo exame do que escrevem que da sua doutrina são abolidas as noções de passado, tradição, nacionalismo, continuidade, e muito cerceadas as ideias de sentimento, subjectivismo, poesia, gosto pessoal e personalidade; ou então estes termos sofrem uma tal sofisticação mais ou menos engenhosa que os torna irreconhecíveis. Em compensação fala-se muito e a propósito de tudo em planificação, normas, elementos estandardizados, produtos em série, sistemas-chave de compor, colaboração anónima, etc.

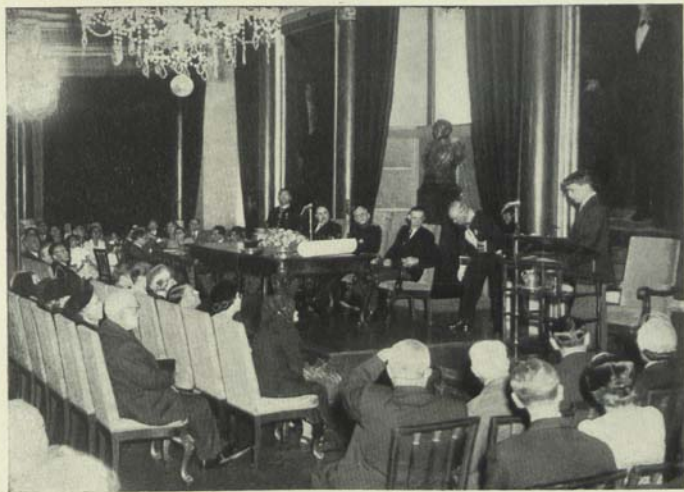
Tanto basta para podermos calcular, no campo da Arquitectura, o que é e o que representa esta tendência aparecida algumas décadas atrás, de onde são proscritos os conceitos subjectivos individualistas do sentimento e do gosto pessoal. — Movimento hoje de larga projecção internacional, não vamos porém perder tempo em nos enfronharmos nas transcendências destas teorias reformistas que assumem por vezes o ar suspeito de uma mistificação. — Digamos, só para dar um único exemplo do género abstruso da sua dialéctica, que, para definirem geometricamente qualquer recinto construído, não lhes bastam as três clássicas dimensões, socorrem-se de uma quarta dimensão relativista e falam bastante de *espaço-tempo* (com hífen). É um pouco como se procurássemos um alfaiate que nos explicasse o feito de qualquer vestimenta e o homem nos viesse com razões baseadas no cálculo diferencial ou no paralelismo das curvas. Perde-se toda a confiança.

Enfim, eu creio que esta arquitectura moderna, que se podia limitar a ser como que um correctivo necessário e salutar de muitos vícios que ultimamente se haviam introduzido na prática daquela Arte, só tem a perder com a propaganda que dela fazem os teóricos. Os seus ideais, os seus processos, no entanto, têm de ser passados em revista e postos de quarentena. Muitos serão inadapáveis, outros francamente indesejáveis no nosso país. — Entre as condições essencialmente materiais sobre que se insiste com afinco na apologia desta arquitectura, demos por exemplo a muito apregoada «interpenetração» de exterior e interior das casas — qualidade que, no modo como é enunciada, soa bem à imaginação, sugerindo-nos comunicabilidade permanente entre as pessoas e a Natureza, e, talvez também, em face das rasgadas disposições dos seus vãos externos, trazendo ao nosso espírito a impressão generosa de um fraternal amplexo pronto a acolher toda a comunidade, todas as comunidades vizinhas. Mas, estas ideias magnánimas, apoiadas calorosamente nas obras de exegese, nasceram em países menos soalheiros e menos ventosos. No nosso clima atlântico, em que os belos dias de calma são tão raros e tão apreciados como o trevo das quatro folhas, estas liberalidades precisam de

O Sr. vice-presidente da Câmara Municipal condecorando os bombeiros.



Na sessão solene Raul Lino lê a sua conferência.



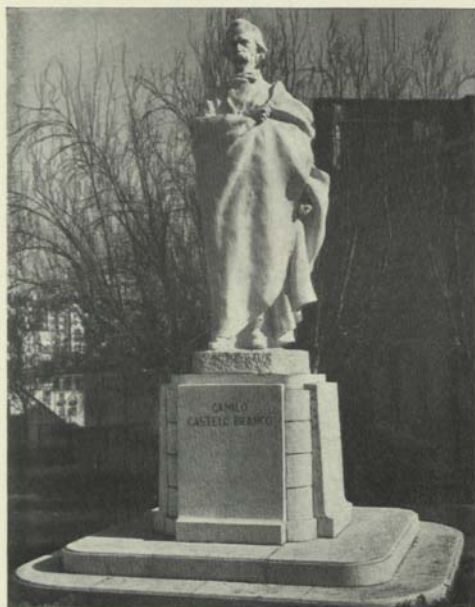
Entrega do Prêmio Júlio de Castilho ao Sr. Dr. Silva Carvalho.





No acto do descerramento do monumento a Camilo Castelo Branco

COMEMORAÇÕES DO FERIADO DA CIDADE



Estátua de Camilo Castelo Branco



No descerramento da lápida na Muralha Fernandina

ser usadas com muita moderação. Nós devemo-nos mais depressa defender da torreira do sol e dos vendavais frequentes, do que escancarar as casas às inclemências com que o Oceano nos mimoseia. — E quanto aos simbólicos amplexos fraternais através das rasgadas aberturas, talvez seja de boa prudência reprimirmo-nos um pouco e deixar por enquanto que eles obedeçam também a uma distribuição *dirigida* e racionalada...

Esta arquitectura que de princípio se dizia *funcional-racional*, que agora ultimamente já se alcunha de *orgânica-irracional*, no seu desprezo por todas as particularidades de um nacionalismo que lhe é avesso, tende naturalmente para a uniformidade, para uma generalização internacional. A continuar assim a sua expansão efectiva; por outro lado — se for seguido o exemplo da Russia na demolição de monumentos antigos, — não tardará muito que o turismo, elemento de tanta importância na balança económica de alguns países, fique reduzido a um passatempo insignificante e tão obsoleto como o Jogo do Padre-Cura.

Mecionámos a Russia. Haverá quem objecte que actualmente naquele país esta arquitectura de que estamos tratando não está em voga. É verdade que não está; nem poderia estar. Ao princípio aquele país oriental foi campo largo para as mais ousadas experiências dos mais audaciosos inovadores da Arte, nomeadamente da arquitectura maquinística. Se se continuasse ali pelo mesmo caminho, era uma coisa que estaria completamente certa. Ora, a política soviética não é de oferecer certezas ao observador estrangeiro. Naquela república, o seco regime estatístico-tecnológico opera agora triunfantemente por de trás de fachadas de aspecto perfeitamente conciliatório.

Da última vez que me dirigi ao Estádio Nacional, um companheiro fortuito, entusiasta da nova arquitectura *orgânica-irracional*, esforçava-se por me convencer de que estas imponentes obras modernas para a colectividade, como os estádios, as grandes piscinas etc., que por assim dizer se acham consubstanciadas nas mais populares actividades recreativas da actual geração, não podiam deixar de influir e de impor o seu cunho especial, maquinístico, no estilo das nossas habitações. — Eu lembrei então muito naturalmente àquele meu companheiro de um dia que já no século passado os desportos hípicas haviam atingido, sobretudo na Inglaterra e na França, o mais brilhante desenvolvimento que se possa imaginar e gozado do mais entusiástico e perfeito culto, tão absorvente nas preocupações do povo, que pouco faltou para que, pelo menos no primeiro daqueles países, os cavalos *prize-winners* fossem elevados à categoria de heróis nacionais com monumento em praça pública. — Pois não me consta que naquelas terras jámais alguém pretendesse dar à sua casa de habitação o aspecto de uma cavalaria.

Enfim, não era minha intenção vir aqui discutir o lado estético do problema. Como sempre aconteceu, cada bom artista fará das suas melhores obras o retrato do seu próprio espírito, ou do espírito da sua época — o que está certo; e talvez possamos dizer desta arquitectura, de modo geral e com um pouco de imaginação, que ela representa «A Revolta dos Impessoais» ou «A Vingança dos Escravos Técnicos», o que lhe acentuaria a actualidade flagrante.

E como havemos nós então de chamar ao artista criador destas obras, ao profissional que tão pouco se assemelha ao architecto de passadas épocas? Se não o dissermos simplesmente *construtor*, precisaremos de lhe encontrar um título que seja adequado, que não tresande a tradição. — Consta que o chefe supremo dos Sovietes, querendo elogiar os modernos romancistas russos que em tudo obedecem cegamente ao credo bolchevista, os apelida de «engenheiros da alma». Talvez pudessemos então, com a vénia devida pela imitação, intitular agora os profissionais da arquitectura «laminadores da sensibilidade». — Efectivamente, no princípio da mística actual está o aplanamento de todos os sentimentos herdados. Sob o duro rolo da nova disciplina, tudo é aplanado num amálgama homogéneo. As fôrmas variam, no entanto a massa fica sempre a mesma.

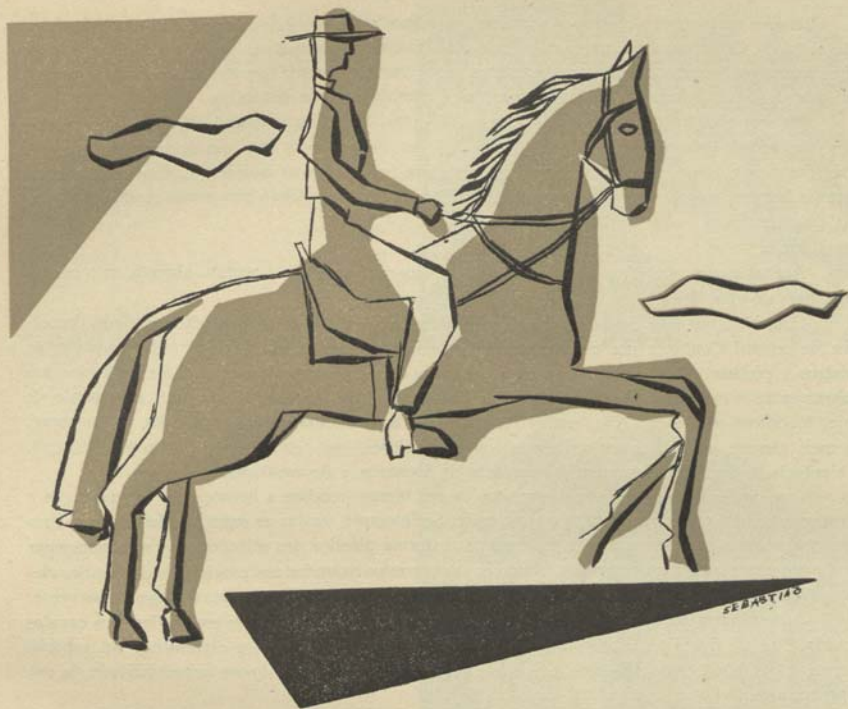
Mas creio que estou divagando; — não é questão de fórmulas o que nos preocupa em primeiro lugar. O que desejamos frisar bem é o teor daquilo que se não proclama nos escritos doutrinários, a condição primária implícita que se depreende apenas das entrelinhas e das omissões significativas.

Tudo o que se diz a respeito desta nova maneira de encarar a Arquitectura, embora envolto em mais ou menos metafísica, denota submissão à tirania da técnica, às consequências da grande indústria, à supremacia da quantidade sobre a qualidade, à esquematização da vida interior e ao melhoramento das condições vitais da gente à custa da diferenciação dos indivíduos e tendo como resultado a completa despersonalização do obreiro. — Este, o artífice, que de antes se comprazia no exercício nobilitante da sua profissão, transformando agora em simples acessório da máquina, ficará para empre inibido de experimentar a satisfação do mais sublime desejo que ao Homem é dado conhecer — o desejo instintivo de criar, — faculdade prometéica que justifica à nossa existência neste mundo e que por vezes nos eleva até junto dos deuses!

A arquitectura *orgânica-irracional* (continuemos a tratá-la pelo nome com que a quiseram crismar) floresce nalguns sectores de terras estrangeiras. O que neste género por cá se tem feito é apenas arremedo, uma brincadeira, talvez sem consequências. Mas é preciso dizer-se, posto que alguns o não saibam ou o não queiram perceber, que os que entram neste jogo manifestam concordância com o carácter exclusivamente maquinístico da actual civilização, contribuindo assim de certo modo para um dos maiores males da nossa época, para a desumanização em massa do homem do povo. — Digo desumanização porque tudo quanto seja suprimir ou então substituir regalias que gratificam o espírito e disciplinam a alma, por quaisquer vantagens de ordem material, embora isto se possa confundir com um progresso, — não representa benefício que dignifique a criatura humana; pelo contrário — é um rebaixamento da sua condição moral.

A sessão terminou com a entrega, pelo Chefe do Estado, da «Medalha de Ouro» de comportamento exemplar ao chefe de 1.<sup>a</sup> classe António Ricardo, do Batalhão de Sapadores Bombeiros; medalha municipal de Cultura Física ao Ginásio Clube Português; «Prémio Valmor» ao architecto João Simões, e à Companhia de Seguros «Garantia»; e prémios de arquitectura e urbanização aos artistas José Lima Franco e Dario Silva Vieira, e, finalmente, o «Prémio Júlio de Castilho» ao professor e académico dr. Silva Carvalho, autor da *Crónica do Hospital de Todos os Santos*.





## O ÚLTIMO MARIALVA

Não se cansam os lojistas do Chiado e doutros pontos centrais da cidade de reclamar da polícia que lhes despeje a frontaria dos estabelecimentos de certas implicativas personalidades. A pretexto de verem passar o madamismo, esses papalvos de mau sangue erguem trincheiras ainda não classificadas na moderna arte militar.

O espectáculo é tentador, principalmente para os ociosos. Magna porção de vadios ou *polidores de calçadas*, como pitorescamente os apodam os transeuntes diligentes, entram por toda a parte a circulação.

É uma particularidade alfacinha, creio que sem exemplo em nenhum outro centro de certa população.

Não é a primeira vez que tais reclamações se efectuam. Estes produtos exóticos da moderna barbarie, não só atravancam as entradas, mas ainda acham o suprasumo do bom gosto intrrometer-se com as figuras femininas que se encorporam no movimentado desfile de uma vasta artéria.

Houve uma quadra em que os marialvas invadiam o Chiado e tornavam difficil o seu trajecto. São andaços. Os de hoje são mais perigosos e embirrativos. Os *marialvas* jactavam-se de atrevidos, afrontavam os homens, provocavam conflitos, mas estavam sempre prontos a tomar a responsabilidade dos seus incorrectos actos e trocavam-se amiúde sonoras bofetadas.

Os *marialvas* metiam-se com as senhoras, é certo. Mas de que modo? Dirigindo-lhes madrigais, despedindo-lhes pirópos, vibrando-lhes galanteios, fechando-as com um bombardeamento de frases mimosas, que se na aparência as incomodava, no fundo as lisonjeava. Era uma afronta para os homens que as acompanhavam, não há dúvida, mas constituia um preito rendido à idolatria pelo seu sexo.

Hoje?

Apenas esvurmam ditos de mau gosto, só disparam alusões de sentido abjecto, não conhecem mais do que trocadilhos sobre torpezas ignóbeis.

Com D. Luís do Rego desapareceu uma das figuras mais decorativas da sociedade desportiva de ontem. Conhecer um cavallo, domá-lo, mandá-lo, foi durante séculos a preocupação de fidalgos e plebeus. Esse gosto e essa arte irmanava-os sem conseguir confundi-los. Abriu-se um abismo entre o cavaleiro e o cavallo de há meio século, nem tanto, e o cavaleiro e o cavallo de hoje. Modificou-se a raça? Não, senhor. Alterou-se o aspecto. Ontem como hoje ha os *pur sang*, os meio sangue, os árabes, os andaluzes, os peninsulares, etc., etc. A moda, a arte, a ciência, a hipologia, é que transformaram a aparência da montada e do montador.

Luís do Rego, à semelhança de muitos do seu tempo, recebeu a herança dos antepassados e conservou-a com o máximo escrúpulo e melindre. Ser elegante, acatar as supremas leis da cavalaria nas suas mais exigentes manifestações, respeitar a forma plástica das atitudes, não se desmanchar nem mesmo nos lances mais terríveis, obedecer aos preceitos exarados nos evangelhos da picaria, elevar as regras precisas, minuciosas, da equitação, constituía um pensamento quase único, absorvente.

A nossa terra primou pelo donaire dos seus cavaleiros e pelo paciente ensino dos seus cavalos de sela. Não há quem tenha visto cavaleiros nossos no jogo da rosa, nos carrosséis e em especial a tourear que não acompanhe com interesse e simpatia a perfeição, a quase impecabilidade da sua suprema arte.

Luís do Rego adquiriu a merecida fama de ser um dos nossos mais hábeis cultores do toureiro a cavallo. Vio-o uma vez tourear em Madrid, por ocasião de uma apregoada festividade. O primeiro touro que lhe largaram, puro, de muito pé e poder, levava as lampas no negrume da pelagem ao polido ébano de uma bengala de preço; a montada de D. Luís do Rego avantajava-se na alvura ao algodoado do céu em dias claros de Janeiro. O cavaleiro consentiu o cornúpeto até quase tocar com as hastes limpas e afiladas no ventre do corcel. O ruído característico dos tauródromos cessou. Quase se sentia a respiração sibilante e forte das quinze mil pessoas, nada atreitas, naquele lugar, a sentimentalidades piegas. Os olhares pregavam-se numa fixidez obstinada, de atracção magnífica no escultural grupo formado pelo cavallo, cavaleiro e touro. D. Luís sorria naquela briga de destresa contra a força brutal e impetuosa. A montada encaracolava-se, piafava, arregaçava-se, parecia orgulhar-se de sentir a morte pegada aos seus olhais. O nobre animal seria colhido irremediavelmente, tão perto se encontrava o adversário, tão metido dentro da sua jurisdição.

Num determinado instante a farpa parece que cai da mão do toureiro para se cravar, sem esforço no cachaço da potentíssima rez. O bruto muge de dor e de raiva. O cavallo apressa um pouco mais o meio galope e sai da sorte com uma frescura, uma naturalidade, uma galhardia, uma louçania, um garbo, que mais o não teria num picadeiro, ao ser ensinado em alta escola.

A praça levantou-se toda num só movimento. Não foi uma ovação, foi uma apoteose.

Eduardo de Serronha.

O PAVILHÃO MUNICIPAL  
NA FEIRA POPULAR  
E ACTIVIDADE  
CINEMATOGRAFICA  
NO ANO DE 1950

Na Feira Popular de Palhavã



Entrada para as sessões no Pavilhão dos Desportos



No Pavilhão dos Desportos





Mais uma vez o Município se fez representar

na Feira Popular de Palhavã, que a exemplo do ano anterior, e com idênticos fins, foi organizada pelo Governador Civil de Lisboa, Dr. Mário Madeira.

O amplo parque José Maria Eugénio recebeu durante os quatro meses de funcionamento do certame alguns milhares de pessoas, não só da capital como dos arredores e província, e o Pavilhão Municipal de novo patenteou aos olhos do público em gráficos e documentos de vária ordem os esforços da Câmara para, cada vez mais, engrandecer e embelezar a velha Olisipona.

Este intercâmbio entre o Município e a cidade vai-se alargando e ampliando de ano para ano e o prestígio que a Câmara hoje gosa entre os lisboetas, demonstra-se no crescente interesse que se observa na apreciação dos documentários das obras realizadas e na procura de esclarecimentos neste ou naquele pormenor, que com elas se relacionam.

A Câmara, que aprecia este entusiasmo do lisboeta pela sua cidade, de dia para dia procurará conhecer melhor a sua opinião crítica divulgando cada vez mais os seus planos de remodelação e valorização.

O público encontrou também no Pavilhão municipal, a par das realizações urbanísticas, vasta documentação do seu programa cultural, patente nas cuidadas edições camarárias, no apetrechamento dos seus museus e bibliotecas, e na valorização do seu património artístico e literário. Ao lado da sala de exposição funcionou o cinema gratuito para os frequentadores da Feira, com programas preparados pelos Serviços cinematográficos do Município, em que predominaram filmes de curta metragem, documentários da obra de remodelação de Lisboa, e actividades em que o Município tem interferência.

A valorizar estes programas veio a colaboração dos serviços de cinema das Embaixadas dos Estados Unidos da América, Britânica e Francesa e as Legações da Dinamarca, da Bélgica, dos Países Baixos, da Suécia, da Noruega, e do Centro Nacional Suíço de Turismo, que gentilmente puzeram à disposição da Câmara as suas cinematecas.

Este ano registou-se, no período de 2 de Junho a 31 de Outubro, a frequência de 102.523 visitantes no nosso cinema, tendo-se organizado 25 programas diferentes.

O interesse pelo nosso cinema demonstra-se pela comparação do número de espectadores. Em 1949, 48.000, em 1950, 102.523, num período de tempo equivalente.

A par desta iniciativa na Feira Popular, a Câmara mantém no Pavilhão dos Desportos, aos domingos, a realização de espectáculos de cinema gratuitos para as crianças pobres da capital, constituídos por três sessões, de tarde. A frequência deste ano no Pavilhão dos Desportos, no período de Janeiro a Setembro, foi de 34.280 crianças, não tendo até agora sido possível alojar totalmente o número sempre crescente de sessão para sessão.

Nas fotos que acompanham esta notícia veem-se as intermináveis bichas que se tornou necessário disciplinar.

E, uma vez que falamos nos serviços de cinema do Município não deixaremos de afirmar que eles arquivaram na sua cinemateca os acontecimentos de interesse na capital, constituindo assim valioso documento vivo, para a história da época grande que hoje vive a cidade de Lisboa.



## SECÇÃO JURÍDICA

**PROVIDÊNCIAS MUNICIPAIS** — Posturas e regulamentos aprovados nas reuniões camarárias, editais, deliberações e despachos de execução permanente.

**LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA** — Leis, decretos e portarias de interesse municipal, despachos, circulares e ofícios emanados do Governo e acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo.

### BIBLIOGRAFIA

Notas relativas ao período que vai de 1 de Outubro  
a 31 de Dezembro de 1950



# Providências Municipais

## Posturas, editais e regulamentos

1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1950

### Editais

**De 6/10** — Faz saber que a vacinação anti-rábica obrigatória dos caninos pode ser feita gratuitamente, nos postos de vacinação da Câmara Municipal de Lisboa, nos locais e dias que indica.

**De 18/10** — Anuncia que o projecto do 2.º orçamento suplementar para 1950 está patente ao público durante oito dias.

**De 20/12** — Faz saber que o projecto de orçamento ordinário para 1951 está patente ao público durante oito dias.

**De 23/12** — Anuncia a abertura do cofre, para pagamento das licenças de publicidade e de ocupação de via pública, no dia 16/1/1951.

**De 28/12** — Publica as Tabelas de taxas e licenças dos Serviços de Salubridade (1.º cemitérios; 2.º registo de cães; 3.º serviços de higiene).

**De 23/12** — Publica o «Regulamento das obras em pavimentos e subsolo das vias públicas, a executar por companhias concessionárias e entidades particulares ou oficiais».

## Deliberações e despachos de execução permanente

1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1950

### Deliberações da Câmara Municipal de Lisboa

**De 23/10** — Aprovando o 2.º Orçamento suplementar.

\* Ratificando a deliberação de 19/5/1949 pela qual aprovou o projecto de construção do edificio Matanças-Oficinas do Novo Matadouro.

**De 12/12** — Aprovando a concessão da Medalha de Ouro da Cidade de Lisboa ao «Ayuntamiento» da cidade de Madrid.

\* Aprovando a «Organização dos serviços municipais».

\* Aprovando o projecto dos edificios da Central de vapor do Novo Matadouro Municipal e a abertura do concurso público para a sua construção.

\* Aprovando a proposta do concorrente «The A. P. V. Company, Ltd.», no valor de 10.931.141\$60 e consequente ampliação no valor de 279.355\$40 para

o fornecimento das máquinas destinadas ao apetrechamento da Central Leiteira.

\* Aprovando a manutenção das taxas actualmente em vigor para o transporte de carnes em veículos municipais e das taxas de utilização de utensílios, materiais e artigos da Direcção dos Serviços de Abastecimento — com o acrescentamento de uma rubrica — durante o ano de 1951, a cobrança da taxa de vistorias sanitárias e estabelecimentos destinados à venda de produtos alimentares e a «Tabela de taxas e licenças dos Serviços de Salubridade».

#### Despachos do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

**Diário Municipal n.º 4.632, de 7/10** — Aprova as condições especiais de alienação de 10 lotes de terreno da Célula 7 do Sítio de Alvalade e de 10 lotes situados na Avenida do Aeroporto destinados à construção de casas de renda limitada.

**D. M. n.º 4.634, de 10/10** — Aprova o programa para a concessão de publicidade por afixação de cartazes ou outros impressos e distribuição destes, na área da cidade.

**D. M. n.º 4.640, de 17/10** — Aprova as condições especiais para alienação de 4 lotes de terreno municipal, no Largo de Santa Bárbara, destinados à construção de prédios de rendimento de tipo médio.

**D. M. n.º 4.662, de 13/11** — Aprova as condições especiais de alienação de seis lotes de terreno

da célula 7 do Sítio de Alvalade destinados a casas de renda limitada.

**D. M. n.º 4.665, de 16/11** — Aprova o programa para a concessão de publicidade por afixação de cartazes ou outros impressos e distribuição destes.

**D. M. n.º 4.666, de 17/11** — Aprova os programas de concursos de admissão e promoção do B. S. B.

**D. M. n.º 4.667, de 18/11** — Aprova as condições especiais de alienação de dois lotes de terreno municipal situados na Rua do Telhal.

**D. M. n.º 4.668, de 20/11** — Regula a impressão e distribuição das separatas de artigos publicados na «Revista Municipal».

**D. M. n.º 4.670, de 22/11** — Aprova as condições especiais de alienação de um lote de terreno para fins industriais, no arruamento Aeroporto-Moscavide e Avenida Infante D. Henrique.

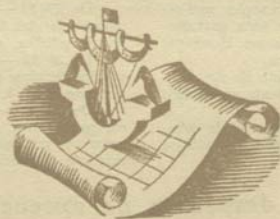
**D. M. n.º 4.689, de 16/12** — Aprova as condições especiais de alienação de seis lotes de terreno da Célula 7 do Sítio de Alvalade destinados à construção de casas de renda limitada.

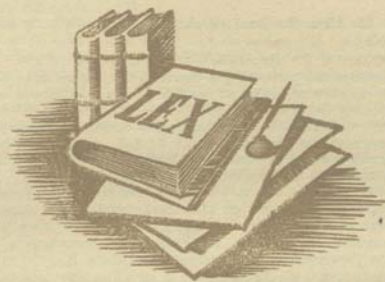
**D. M. n.º 4.697, de 27/12** — Regula a cobrança de taxas e licenças de obras em cemitérios.

**D. M. n.º 4.699, de 29/12** — Fixa a constituição da comissão de vistoria a veículos de tracção animal, triciclos de carga ou similares e caixa.

\* Fixa a constituição da comissão de vistorias a utensílios para venda na via pública.

**D. M. n.º 4.700, de 30/12** — Aprova a classificação de mercados e feiras.





# Legislação e Jurisprudência

I

## Leis, decretos e portarias de interesse municipal

1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1950

**De 10/10** — *Dec.-Lei n.º 37.994* — Dá nova redacção ao artigo 241.º do Código Administrativo. (*D. G., I Série, n.º 203 — D. M. n.º 4.639, de 16/10*).

**Do Ministro do Interior** — *Portaria de 24/10* — Lista das organizações e associações económicas, morais e culturais que, além das juntas de freguesia e organismos corporativos, intervêm na eleição das vereações municipais de Lisboa e Porto. (*D. G., II Série, n.º 250, de 27/10 — D. M. n.º 4.653, de 2/11*).

**De 3/11** — *Dec.-Lei n.º 38.027* — Dá nova redacção ao artigo 16.º do Código Administrativo. (*D. G., I Série, n.º 223 — D. M. n.º 4.668, de 20/11*).

**De 24/11** — *Dec.-Lei n.º 38.065* — Dá nova redacção aos artigos 105.º e 459.º do Código Administrativo e aos capítulos VI e VII da tabela XI anexa ao mesmo Código — introduz alterações nas organizações dos serviços da Câmara Municipal de Lisboa e Porto. (*D. G., I Série, n.º 241 — D. M. n.º 4.688, de 9/12*).

\* *Dec.-Lei n.º 38.066* — Determina os casos em que deve ser realizada nova reunião para as eleições a que se referem os artigos 28.º e 296.º do Código Administrativo.

**De 23/12** — *Lei n.º 2.045* — Autoriza o governo a arrecadar durante o ano de 1951 as contribuições impostos e demais rendimentos e recursos do Estado de harmonia com os princípios e as leis aplicáveis, e a empregar o respectivo produto no pagamento das despesas legalmente inscritas no Orçamento Geral do Estado respeitante ao mesmo ano. — Mantém em vigor no citado ano os artigos 13.º, 15.º e 16.º da Lei n.º 2.038. (*D. G., I Série, n.º 204*).

**Do Ministro das Obras Públicas** — *Portaria de 18/12* — Reduz a comparticipação concedida à Câmara Municipal de Lisboa pelo Fundo do Desemprego, para a construção de 1.000 casas de habitação para classes pobres, por Portaria de 16/8. (*D. G., II Série, n.º 300, de 28/12 — D. M. n.º 4.703, de 4/1/51*).

**De 30/12** — *Dec.-Lei n.º 38.129* — Prorroga até 31/12/1951 o prazo estabelecido no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 36.606 de 24/11/1947 (subsidiados pelo Fundo do Desemprego). (*D. G., I Série, n.º 269*).

\* *Dec.-Lei n.º 38.145* — Regula a cobrança das receitas e fixa as despesas do Estado para o ano de 1951. (*D. G., I Série, n.º 269, suplemento*).

## Despachos, circulares e officios emanados do Governo

1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1950

## 2) — Circulares

## a) — Da Direcção-Geral de Administração Política e Civil

De 21/10 — N.º V-6/2, L.º 5, 2.ª Repartição — Comunica que pela 1.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública foi interposto parecer, que mereceu a concordância do Subsecretário de Estado do Orçamento, por despacho de 6 do corrente mês, no sentido de ser modificada a redacção do artigo «Imposto de licença de uso e porte de arma da classe «Taxas — Rendimentos de diversos serviços», grupo «Serviços Administrativos», do Orçamento Geral do Estado, para esta outra: «Imposto de licença de uso e porte de arma e outros rendimentos previstos no Decreto-Lei n.º 37.813, de 21 de Fevereiro de 1949», de forma a englobar não só as quantias arrecadadas pela concessão de licenças, como também as resultantes de autorizações especiais, tais como, para compras, trocas, vendas ou cedência de armas e ainda pela remessa de livretes de manifesto, ou sejam os actos referidos nos n.ºs V a VII da tabela B anexa ao citado diploma. Deixam, assim, estas receitas, de ser escrituradas no artigo «Diversas receitas não classificadas», conforme se indicou em circular desta Direcção-Geral, com os números à margem, de 25 de Maio último.

Deste modo, tem de considerar-se alterada a circular antes mencionada, na parte respeitante à «Classificação das receitas do Estado previstas no Regulamento — Tabela B».

E porque já no Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, o citado artigo «Imposto de licença de uso e porte de arma», passará a ter a designação referida, isto é, a de «Imposto de licença de uso e porte arma e outros rendimentos previstos no Decreto-Lei n.º 37.813, de 21 de Fevereiro de 1949», deverão as câmaras municipais observar, na elaboração dos seus orçamentos, e na entrega, ao Estado, dos rendimentos em causa, o que agora se determina.

De 11/11 — N.º L-1/14, L.º 5-A, 2.ª Repartição — Informa que por despacho do Ministro das Finanças, de 17 de Fevereiro de 1950, transmitido em officio — circular da 2.ª Repartição da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, n.º 340, de 17 de Junho —, foi esclarecido que o prazo de 3 dias, durante o qual os interessados podem effectuar o pagamento da dívida relaxada com redução de custas, conta-se a partir do último dos oito dias fixados para a entrega das certidões de relaxe.

De 22/11 — N.º X-4/2, L.º 5-A, 2.ª Repartição — Para esclarecimento de dúvidas suscitadas no processo da 3.ª visita de Inspekção à Câmara Municipal de R., relativas à liquidação do imposto de selo nos contratos de concessão de exclusivo da exploração de barcas de passagem e de vendas de carnes e à contagem de custas nos processos organizados para a concessão de servidões sobre bens municipais, foi ouvida esta Direcção-Geral que se pronunciou pela forma seguinte:

1.º — Quanto ao imposto de selo referido no artigo 50.º da Tabela Geral do Imposto de Selo, não parece que seja devido pelos actos de concessão do exclusivo da exploração de barcas de passagem ou de venda de carnes, pois o aludido artigo, ao referir-se a *cessão de direitos*, pretende significar cessão de direitos *privados*, de natureza civil, não abrangendo transmissão de *poderes funcionais*, que se opera através da concessão.

2.º — Relativamente aos processos para a concessão de servidões:

a) No que respeita à sua classificação é de atribuir-lhes a de «administrativos», por serem organizados em serviço público subordinado à administração (administração local, no caso vertente) e para habilitar o órgão competente a decidir por meio de acto administrativo;

b) Quanto as despesas do processo, uma vez que a tabela aprovada pelo Decreto n.º 13.978, de 25 de Julho de 1927, foi expressamente revogada pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 30.688, de 26 de Agosto de 1940 (Código das Custas Judiciais) e substituído o regime de contagem de custas, passando a atender-se ao valor do processo, sistema que não se ajusta aos processos em causa, o procedimento a adoptar é o da liquidação das despesas nos termos seguintes:

— Imposto de selo: aplicação do disposto no artigo 135.º da Tabela Geral do Imposto de Selo, com a redacção dada pelo artigo 3.º do Decreto n.º 22.579, de 26 de Maio de 1933;

— Custas (exames, victórias, avaliações, etc., com ou sem caminhos): em vista do disposto no artigo 9.º do Decreto n.º 14.027, de 2 de Agosto de 1927, aplicação na parte adequada, no prescrito nos artigos 53.º e 55.º do Código das Custas Judiciais em vigor.

c) Finalmente, no que respeita à indemnização a pagar ao Município:

Antes da vigência do Código Administrativo de 1936, o interessado que visse deferido o seu pedido de concessão de servidão sobre bens municipais teria de pagar determinada quantia ao Município, a título de indemnização desde que na Tabela B anexa ao mesmo Código não se encontra prevista qualquer taxa para a concessão da respectiva licença.

Assim, salvo nos casos em que haja lugar à aplicação de taxas, terá de se fixar a indemnização.

3.º — No que se refere ao imposto de selo (artigo 50.º da Tabela) pelos actos de concessão de exclusivos, e à classificação dos respectivos processos, a Inspekção-Geral de Finanças e a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos (1.ª Repartição) emitiram parecer favorável no sentido de não ser de liquidar o aludido imposto, e se deverem classificar como «administrativos» os processos em causa e com esta opinião se dignou concordar o Subsecretário do Estado das Finanças por despacho de 15 de Julho de 1950.

Relativamente à liquidação de custas nos processos em referência, a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos (2.ª Repartição) não se pronunciou, por tais processos não terem as características dos de concencioso das contribuições e impostos e de execução fiscal, aceitando embora o critério exposto no parecer desta Direcção Geral, por não fazer sentido que, havendo lugar a despesas com diligências em benefício dos interessados, fosse o respectivo corpo administrativo que tivesse que as suportar.

Com esta opinião se dignou também concordar o Subsecretário de Estado das Finanças, pelo despacho acima referido.

De 18/12 — IV.º Z-1/78, L.º 5-A, 2.ª Repartição — Comunica que a Direcção-Geral do Ensino Primário chamou a atenção deste Ministério para o facto de várias câmaras municipais se recusarem a passar, para instalação dos postos escolares, o termo de responsabilidade a que se refere o n.º 1.º do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 20.181, de 7 de Agosto de 1931.

Ora, não há dúvida que os postos escolares devem considerar-se escolas primárias e, por consequência, os encargos a eles respeitantes estão abrangidos no n.º 3.º do artigo 751.º do Código Administrativo.

Assim, quando outra entidade não assuma, voluntariamente ou por imposição legal, a responsabilidade pelas despesas respectivas, estas constituem encargo obrigatório da administração municipal.

De 20/12 — N.º Z-1/13, L.º 5-A, 2.ª Repartição — Tendo-se verificado que houve lapsos no modelo de orçamento ordinário para as câmaras municipais que acompanhou a circular desta Direcção-Geral, n.º Z-1/13, 1.º-5-A, enviada em 12 do corrente mês, transmite aos corpos administrativos as rectificações que devem ser introduzidas no aludido espécime.

De 23/12 — N.º S-6/2, L.º 5-A, 2.ª Repartição — Comunica que por despacho do Subsecretário de Estado das Finanças de 4 de Março do corrente ano, foi esclarecido que os recibos passados pelas Comissões Municipais de Assistência estão isentos de imposto do selo.

### III

## Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo

Publicados de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1950

De 9/1/948 — Ainda mesmo que o recorrente se julgasse com direito a rescindir o contrato, nem assim lhe era lícito desonerar-se da obrigação de prosseguir com as obras, pois lhe competia assegurar a realização dos fins de interesse público que estão na base dos contratos administrativos, como é o da empreitada das obras públicas, sob pena de se sujeitar às consequências da sua falta, conforme se julgou já no Acórdão deeste Supremo Tribunal de 5 de Março de 1943 (na *Colecção Oficial* respectiva, a pág. 141).

.....  
A rescisão do contrato teve por fundamento o facto de o recorrente não ter dado o devido andamento à ordem a seguir nos trabalhos nem observado os prazos de execução conforme determinação do director dos serviços (vide artigo 29.º das cláusulas e condições gerais).

O facto em si está provado nos autos e confessado pelo recorrente ao alegar casos imprevisíveis e de força maior.

Tal alegação era na verdade a única que poderia opor, mas não procede.

Os casos imprevisíveis e de força maior seriam: a guerra e consequentemente a falta absoluta de alguns materiais; a escassez de outros; a falta de mão-de-obra, sobretudo quando na região da empreitada começou a lousura do volfrâmio e do estanho; a alta de salários; a falta de transportes, sobretudo de camionagem.

Excluído desde já o caso de força maior, que só se verifica quando se dá uma impossibilidade absoluta de cumprir as obrigações do contrato, que não era a hipótese, os casos imprevistos apontados pelo recorrente, uma vez, discriminados e fixados no tempo, perdem todo o seu valor. (*D. G., II Série, n.º 234, de 7/10*).

De 3/2/50 — As circulares, ordens ou instruções de serviço, contendo por via de regra, normas de carácter interno dirigidas a autoridades subalternas, só têm força obrigatória para estas, não vinculando por isso os particulares, que só devem obediência à lei.

De 17/2 — A Portaria n.º 6.065, de 30 de Março de 1929, atribui competência às câmaras municipais para conceder alvarás de licença sanitária para a exploração de hotéis, hospedarias, restaurantes, cafés, tabernas e estabelecimentos similares nas cidades, vilas e zonas urbanizadas; e, depois de prescrever, que do requerimento a pedir a licença deve constar o nome do proprietário, local do estabelecimento (artigo 42.º), determina no artigo 43.º que «o presidente da comissão executiva enviará o processo ao inspector ou subinspector de saúde, a fim deste proceder à vistoria e indicar as condições a impor e que constarão do alvará».

Ao abrigo destas disposições pediu o ora apelado que lhe fosse concedido alvará de licença para a instalação de uma casa de pasto em Vila Franca do Campo; mas a Câmara indeferiu logo o requerimento «por motivos inconvenientes», não chegando, por isso, o processo a correr os termos prescritos naquele artigo 43.º da portaria.

Daí o recurso interposto da deliberação respectiva, com fundamento em violação da lei de forma, que outra coisa não é a inobservância do processo estabelecido na lei para a prática dos actos administrativos.

Tudo está pois em saber se a Câmara, julgando inoportuna ou inconveniente a pedida instalação, podia indeferir-lhe liminarmente e, portanto, independentemente do processo estabelecido na falada portaria.

Como se sabe, o processo administrativo é constituído por uma série de actos e formalidades que precedem e preparam o acto administrativo.

Tais formalidades — informações, pareceres, inspecções, exames, vistorias —, destinando-se a esclarecer a vontade da Administração, em ordem a ser tomadas uma decisão, útil e oportuna, são para os administrados uma garantia e uma defesa contra a arbitrariedade e a precipitação das resoluções administrativas.

Por isso se entende geralmente que, quando a lei estabelece determinadas formalidades para a existência do acto administrativo, a Administração só age dentro do seu direito se observa as formas prescritas e que a omissão dessas formalidades conduz, por via de regra, à anulação do acto, sem necessidade de distinguir entre formalidades substanciais e as que o não são, pois para o efeito todas se têm por substanciais.

A observância das formas impõe-se sobretudo nos casos em que a Administração tem na prática do acto um poder de livre apreciação, sem normas legais que vinculem a sua conduta, ou seja nos chamados actos discricionários, visto ser precisamente nesses casos que os administrados carecem de maiores garantias da conformidade do acto com o fim legal.

E, porque assim é, não tem o tribunal de preocupar-se agora com o definir a natureza do acto de concessão em causa — se vinculado, se discricionário —, bastando saber que a lei impõe a prática duma série de actos que devem ser observados antes de tomada a resolução final.

Porque se não observou a lei nesse particular, bem anulada foi pela sentença apelada a deliberação recorrida, embora com reserva para a Câmara da faculdade de, nova e previamente, se pronunciar sobre a admissibilidade formal do pedido de licenciamento, restrita aos requisitos enunciados no artigo 42.º da falada portaria.

E nem oponha a Câmara apelante que procedeu com observância do disposto no artigo 10.º da portaria, que a habilita a verificar previamente se a pretensão está em harmonia com as determinações legais e regulamentares e com as posturas municipais, sancionadas pela Junta de Higiene.

A portaria em causa aprova as instruções para o licenciamento, assim dos estabelecimentos insalubres, incómodos e perigosos, como dos hotéis, hospedarias, restaurantes, cafés, tabernas e estabelecimentos similares, com processos diferentes para cada espécie de licenciamento, e vê-se dos artigos 41.º, 42.º, 43.º e 44.º, em confronto com os artigos 8.º, 9.º e 10.º, que o preceito deste último se não aplica aos licenciamentos da segunda espécie, visto o artigo 44.º só mandar observar na parte aplicável as disposições reguladoras do licenciamento dos estabelecimentos insalubres, depois de o processo ter seguido os trâmites referidos no artigo 43.º. (*D. G., II Série, n.º 237, de 11/10*).

De 17/2 — É exacto que os artigos da acusação não foram formulados nos precisos termos do artigo 48.º do Estatuto Disciplinar, mas, se era possível melhor discriminação das faltas, a que se fez foi a necessária, dada a forma como o ora recorrente deduziu a sua defesa, a qual não se encontra, por isso, diminuída nas suas garantias legais, e, uma vez que, em processo disciplinar, só a falta de audiência do arguido é nulidade que se não pode considerar sanada (artigo 38.º do citado Estatuto), as irregularidades alegadas não conseguem determinar a anulação do processo disciplinar. (*D. G., II Série, n.º 271, de 27/11*).

58

De 10/3 — Põe-se mais uma vez a questão, já por vezes debatida, acerca do valor legal da classificação dos concorrentes feitas por um júri estabelecido à margem da lei pela entidade nomeante, para o efeito de saber se esta está ou não vinculada àquela classificação.



Nesta matéria pode considerar-se definitivamente assente a doutrina de que a nomeação só está condicionada pelo concurso de habilitação, quando a lei estabelece esta forma de recrutamento e fixa a composição do júri; e isto porque as regras a observar no provimento dos lugares são as que as leis e os regulamentos determinam, não sendo lícitos em princípio alterar essas regras.

Desta doutrina decorre logicamente o princípio, também desde há muito aceite e sem discrepância, de que a nomeação dum júri, em processo de concurso para que a lei não o estabelece, só pode ter o objectivo de elucidar a Administração, habilitando-a a nomear o candidato mais idóneo, pelo que a apresentação ou classificação dos concorrentes feita por esse júri só tem um valor meramente indicativo.

Podem ver-se sobre o assunto os acórdãos de 4 de Dezembro de 1942, 8 de Janeiro de 1943 e 4 de Julho de 1947 na *Colecção dos Acórdãos*, vol. VIII, pág. 636, vol. IX, pág. 4, e vol. XIII, pág. 552, e ainda o de 27 de Janeiro de 1950, proferido no recurso n.º 3.295 e ainda não publicado.

Do que fica exposto se deduz que, não estando o poder da autoridade nomeante limitado, na hipótese dos autos, nem pela classificação dos concorrentes feita pelo júri, nem pelos critérios fixados para servirem de guia ao mesmo júri nessa classificação, nenhuma influência podem ter na legalidade da nomeação os desvios que porventura se tivessem verificado no uso pelo júri dos critérios estabelecidos. (*D. G., II Série, n.º 271, de 21/2*).

De 14/4 — A arguição do recorrente opôs a sentença apelada a procedência da extemporaneidade, mas verifica-se, como judiciosamente nota o digno magistrado do Ministério Público, que tal despacho, mandando instaurar processo disciplinar, não era susceptível de recurso directo de anulação, pois não é decisão definitiva (artigo 815.º do Código Administrativo), mas apenas acto preparatório da decisão final a proferir no processo disciplinar.

Que aquele despacho estava ferido de incompetência torna-se mais do que evidente; era até indispensável, porque, de contrário, não carecia de ser ratificado.

Com efeito, diz o artigo 78.º do Código Administrativo: «O presidente da Câmara pode praticar quaisquer actos da competência desta, sempre que o exigem circunstâncias excepcionais e não seja possível reuni-la extraordinariamente, ficando, porém, os actos praticados sujeitos a ratificação da câmara».

E, nesta conformidade, são condições legais da ratificação:

1.º — O presidente da câmara proferir decisão da competência desta; logo fora da competência daquele e, portanto, inquinada de incompetência;

2.º — Que o acto fosse praticado por o exigirem circunstâncias excepcionais e não ser possível reunir a câmara extraordinariamente.

Mas a ratificação, chamando a si a autoria do acto proferido incompetentemente, elimina necessariamente este vício sob pena de a ratificação deixar de ter conteúdo.

Para que surgisse a ilegalidade do despacho do presidente da câmara era mister obter a anulação da deliberação que o ratificou.

A deliberação ratificativa mantém a mesma natureza da decisão ratificada, é por isso acto preparatório do processo disciplinar, autorizado pelo disposto na última parte do artigo 592.º do Código Administrativo.

Neste ponto a ratificação visou um fim expressamente fixado na lei.

Por outro lado, importa ter presente que «em processo disciplinar a única nulidade insuportável é a falta de concessão de audiência do arguido, nos casos em que a lei a impuser» (artigo 586.º do Código Administrativo).

Daqui já poderia concluir-se que a irregularidade, se irregularidade tivesse havido, na ratificação não teria o efeito de anular o processo disciplinar, como pretende o recorrente, porque o comando daquele artigo 586.º impunha dar por sanada a irregularidade.

Mas sucede que tal irregularidade nem sequer se encontra provada, já porque não se mostra dos autos que houvesse possibilidade de convocar uma reunião extraordinária da câmara, já porque, devendo o processo disciplinar ser conduzido de modo a levar ao rápido apuramento da verdade e instaurado quando se tenha conhecimento da infracção disciplinar (artigos 585.º e 590.º do Código Administrativo), existiam circunstâncias anormais que justificavam a ratificação. (*D. G., II Série, n.º 272, de 22/11*).

De 28/4 — O pedido formulado pelo recorrente na petição de recurso tem unicamente por objecto obter a substituição da pena disciplinar que lhe foi aplicada pelo despacho recorrido.

Mas, para tanto, seria mister que este Supremo Tribunal tivesse competência para revogar e alterar a decisão em recurso, quando é certo que a sua competência se encontra restrita à declaração da validade ou nulidade das decisões impugnadas por meio de recurso contencioso.

Se assim não fosse, a função jurisdiccional converte-se-ia em função administrativa, deixando de decidir só de direito para praticar também actos administrativos.

E porque a solução do recurso havia necessariamente de recair sobre a procedência ou improcedência do pedido, conforme com o seu objecto, sob pena de nulidade do acórdão (Código de Processo Civil, artigos 668.º, n. 5.º, 732.º e 762.º, *ex vi* do artigo 56.º do Regulamento do Supremo Tribunal Administrativo), impõe-se concluir, em face do que ficou ponderado, que o mesmo recurso é manifestamente ilegal. (*D. G., II Série, n.º 280, de 2/12*).

De 19/5 — Na acta da reunião da Câmara de 12 de Setembro de 1945 dá-se conta de um incidente ocorrido entre o chefe da secretaria e um vogal da Câmara que deu lugar à suspensão dos trabalhos e interrupção da sessão por meia hora; e vê-se dos depoimentos que depois de reaberta a sessão passou a intervir nela, tomando conta do expediente da reunião, um servente a quem no final foram confiados todos os papéis para serem entregues a um funcionário.

É este funcionário quem aparece depois a subscrever a acta, «servindo de secretário». Ora, não constando da referida acta que houve substituição de secretários e aparecendo a mesma subscrita por quem não interveio nem assistiu à reunião, infringiu-se manifestamente o disposto nos artigos 353.º, 354.º e 137.º do Código Administrativo, por via dos quais deve constar da acta tudo o que ocorrer nas reuniões e ser a mesma redigida e subscrita pelo escrivão ou secretário que assistiu às sessões.

Não estabelece o referido código qualquer sanção de natureza especial para as infracções daqueles preceitos.

Tem, por isso, inteira aplicação a doutrina consignada no artigo 2.494.º do Código Civil, segundo a qual a nulidade dos documentos oficiais resulta da sua falta de conformidade com as disposições das leis e regulamentos que determinar o modo como eles devem ser exarados e expedidos.

E, deste modo, a acta da reunião de 12 de Setembro de 1945, sendo nula, por desconformidade com os preceitos que regulam o modo como deve ser exarada, é como se não exista, por carência absoluta de forma, o que importa a inexistência da respectiva deliberação, nos termos do disposto no artigo 363.º, n.º 5.º, do Código Administrativo.

Estabelece o artigo 480.º, § 1.º do Código Administrativo que o provimento nos cargos do quadro geral dos serviços externos se faz por nomeação, que terá o carácter provisório durante três anos; e, segundo dispõe o § 2.º, «Findo o período de três anos o provimento será convertido em definitivo se o funcionário tiver dado provas de moralidade, aptidão e zelo; no caso contrário será demitido».

Foi à sombra deste preceito que a Câmara de Oeiras demitiu o recorrente pela impugnada deliberação de 13 de Fevereiro.

Contou, porém, o prazo de três anos a partir da nomeação (10 de Fevereiro de 1943); e daí a arguição do vício de incompetência *ratione temporis*, por se entender que tal prazo só começava a correr da data da posse (10 de Março de 1943).

O digno juiz *a quo* perflheu a tese de que o prazo se conta da nomeação, fundando-se essencialmente em que, não estabelecendo o referido artigo 480.º — onde de modo especial se previne o período de provisoriedade do provimento do cargo — outra referência para a contagem do tempo além do próprio provimento, é da data deste, e não da data da posse, que o período de três anos se deve contar.

Esta decisão não é, porém, a que a melhor se harmoniza com os princípios e com as disposições legais.

Com os princípios, porque, sendo pela posse que se dá a investidura do cargo e se torna eficaz, efectiva e irrevogável a nomeação em relação ao nomeado, este só adquire a qualidade de funcionário quando toma posse do lugar; e com as disposições legais, porque produzindo a nomeação efeitos em relação ao serviço público só desde a data da posse (Código Administrativo, artigo 491.º e devendo a nomeação provisória converter-se em definitiva findo o período de três anos, se o funcionário tiver dado provas de moralidade, aptidão e zelo (ib., artigo 480.º, é lógico e

mais consentâneo com os princípios que aquele período se conta a partir do momento em que o nomeado entre no exercício das funções, não só porque é este exercício que pode revelar a conduta, aptidão e zelo do nomeado, mas ainda só porque depois da posse é que ele tem de considerar-se funcionário.

Pode ver-se a este propósito o acórdão de 15 de Dezembro de 1939 e, nomeadamente, o de 15 de Maio de 1942, na *Colecção dos Acórdãos*, respectivamente, vol. V, pág. 929, e vol. VIII, pág. 297. (*D. G., II Série, n.º 298, de 26/19*).

De 14/7 — O apelante parte do pressuposto errado de que os artigos 578.º a 580.º do Código Administrativo estabelecem uma relação necessária entre as faltas e as sanções, quando o artigo 559.º do Código nos dá uma definição em termos latos de infracção disciplinar, e aqueles invocados artigos mencionam penas, em geral e especialmente, aplicáveis a certos casos, também especificados vagamente, como, por exemplo, actos e factos desonrosos, e o artigo 581.º termina por declarar que na gradação das penas serão sempre tomadas em conta todas as circunstâncias em que a infracção tiver sido cometida e a natureza do cargo ocupado pelo infractor.

Quer dizer: se, por um lado, as próprias penas especificadas o são sem indicação dos seus elementos constitutivos, por outro lado deixa à Administração a faculdade discricionária de graduar a pena.

É por isso que, nos termos do artigo 817.º com referência ao seu § único, do Código Administrativo, o Tribunal não pode conhecer da gravidade da pena aplicada. (*D. G., II Série, n.º 247, de 23/10*).

De 22/7 — Como é sabido, a investidura dos agentes por meio de contrato administrativo, se umas vezes tem por fim preencher vaga dos quadros permanentes da Administração, submetendo o agente ao regime jurídico dos funcionários públicos, outras vezes destina-se apenas a obter a prestação de determinados serviços próprios da actividade profissional do contratado, sem que, por isso, ele passe a fazer parte dos quadros permanentes da administração e a subordinar-se à sua hierarquia.

Estas duas modalidades tomam na doutrina a designação respectiva do contrato de provimento e de contrato de prestação de serviços propriamente dito (vide prof. dr. Marcelo Caetano, *Manual*, 2.ª edição, págs. 229 e 230).

O contrato celebrado entre a Administração e o recorrente pertence à segunda modalidade.

Na tese defendida pelo recorrente a falta de prazo para a duração do contrato levaria a concluir que o mesmo contrato era de duração vitalícia e não podia, por isso, ser denunciado.

Bastará, porém, para afastar semelhante doutrina ponderar que o provimento vitalício só é de admitir por meio de nomeação definitiva em lugares permanentes dos quadros, e seria nula cláusula de tempo perpétuo em qualquer contrato de prestação de serviços, pois tal convenção equivaleria a alienar o direito originário da liberdade.

Por outro lado, se é certo como alega o recorrente, que o § único do artigo 1.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários Civis do Estado abrange nas suas disposições os agentes contratados e os de nomeação temporária, também não é menos certo que no invocado parágrafo, restringindo-se o seu alcance, se acrescentou ser aplicável no que for compatível com a situação desses agentes.

Ora sucede que no contrato administrativo de prestação de serviços propriamente dito o contratado não fica subordinado à organização hierárquica da Administração, de modo que, se a diferenciação que existe entre superiores e subalternos deriva da organização hierárquica dos serviços públicos e se o poder disciplinar aparece como atributo da competência dos superiores hierárquicos, a conclusão que se impõe é a de que a situação do recorrente não é compatível com a disciplina estabelecida no estatuto.

Efectivamente, resulta da própria natureza do contrato de prestação de serviços a circunstância de se conceder às partes a faculdade de, em qualquer altura, rescindirem unilateralmente o contrato, havendo apenas a considerar a diversidade dos efeitos da rescisão, segundo foi ou não determinada por justa causa.

É este o princípio de direito que se colige, não só da norma prescrita no artigo 1.382.º do Código Civil, senão também dos artigos 10.º e 11.º da Lei n.º 1.952, de 10 de Março de 1937. (*D. G., I Série, n.º 246, de 21/10*).



# BIBLIOGRAFIA

Registo de publicações com interesse  
municipal entradas na Biblioteca Central

1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1950

## Em Outubro:

Diário Municipal — N.º 4.602 a 4.627 — Câmara Municipal de Lisboa.  
Câmara Municipal de Lourenço Marques — Organização dos Serviços Municipalizados de Água e Electricidade.  
Câmara Municipal do Barreiro — Serviços Municipalizados — Relatório de 1949.  
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.º 751 a 755 — Setembro de 1950.  
Olisipo — Boletim do Grupo Amigos de Lisboa — N.º 52 — Outubro de 1950.

## Em Novembro:

Câmara Municipal de Castelo Branco — Serviços Municipalizados — Relatórios de 1946 e 1947.  
Guide Touristique de Lisbonne — Edição da Câmara Municipal de Lisboa.  
Câmara Municipal de Matosinhos — Serviços Municipalizados de Electricidade, Água e Saneamento — Relatório de 1949.  
Imposto complementar — Notas e comentários, por *Vasco E. da Graça Branco*.  
Câmara Municipal de Mafra — Relatório de 1949.  
Câmara Municipal de Viana do Castelo — Serviços Municipalizados — Relatório de 1949.  
Câmara Municipal de Viseu — Serviços Municipalizados — Relatório e contas — Gerência de 1949.  
Diário Municipal — N.º 4.628 a 4.651 — Câmara Municipal de Lisboa.  
62 Casos de jurisprudência administrativa, Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, suplemento.  
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.º 756-759 — Outubro de 1950.  
Verbetes — Índice de Legislação dos Corpos Administrativos, editados por *A. Viana de Sousa*.  
Lisboa oito séculos de história — Fasc. XIII — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.  
Inventário de Lisboa, por *Norberto Araújo* — Fasc. 8 — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.

Um soldado de Oisipo combatente das guerras Cantabras, por *R. Cortez* — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.  
Homens do Porto que escreveram sobre Lisboa, por *Ferreira de Andrade* — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.  
As três esplendorosas procissões, por *Salvador Saboya* — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.  
2.º Orçamento suplementar ao ordinário de 1950 — Câmara Municipal de Lisboa.  
Anais do Município de Lisboa, 1949 — Câmara Municipal de Lisboa.  
Jardins d'Enfants — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.  
Les habitations à bon marché à Lisbonne — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.  
L'Urbanisation de Lisbonne. Le «Sítio de Alvalade». — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.

#### Em Dezembro:

Câmara Municipal de Penamacor — Tabelas de taxas e licenças.  
Diário Municipal — N.ºs 4.652 a 4.677 — Câmara Municipal de Lisboa.  
Câmara Municipal de Braga — Serviços Municipalizações — Relatório da gerência de 1949.  
Câmara Municipal de ALENQUER — Relatório da gerência de 1949.  
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 760-768 — Novembro de 1950.  
Câmara Municipal do Porto — Regulamento para a liquidação e cobrança e dos Impostos Directos Municipais.  
A administração municipal de Lisboa durante a primeira dinastia (1179-1373), por *Marcelo Caetano*.  
Câmara Municipal de Santa Cruz (Madeira) — Postura sobre pesos e medidas e Tabela.

#### Revistas:

##### O Direito:

Ano 82.º — Fasc. 3.º — Julho a Dezembro de 1950.

##### Revista de Legislação e Jurisprudência:

Ano 83.º — N.ºs 2.980 a 2.988 — Julho a Novembro de 1950.

##### Boletim do Ministério da Justiça:

N.º 20 — Setembro de 1950.

##### Revista da Relação do Porto:

Ano 1.º — N.º 1 — Dezembro de 1950.

##### Revista de Direito e Estudos Sociais:

Ano V — N.ºs 4 a 6 — Setembro de 1949 a Março de 1950.





ÍNDICE GERAL  
DA «REVISTA MUNICIPAL»  
(DESDE OS N.ºS 44 A 47)  
ANO DE 1950

| Designação  | Números | Páginas |
|---|---------|---------|
| <b>A</b>  |         |         |
| Aqueduto das Águas Livres (O) — A condução das águas ao Bairro Alto .....                               | 46      | 43      |
| Aqueduto das Águas Livres e o clero (O) .....   | 46      | 51      |
| <b>B</b>  |         |         |
| <i>Bairro Alto (Vide O Aqueduto das Águas Livres)</i>   |         |         |
| Barão de Oliveira (O) (Barata Loira) .....  | 46      | 29      |
| <i>Bibliografia (Vide Secção Jurídica)</i>  |         |         |
| <b>C</b>  |         |         |
| <i>Câmara Municipal (Vide Garrett e Herculano — Homenagem da)</i>                                       |         |         |
| Câmara Municipal de Lisboa e a política do espírito (A), inauguração do monumento a Sousa Viterbo ..... | 45      | 23      |
| Camilo nascido em Lisboa nunca foi um lisboeta .....  | 44      | 12      |
| <b>Cancioneiro de Lisboa</b>  |         |         |
| Arraial .....   | 46      | 53      |
| Primeira visão .....  | 46      | 54      |
| Última visão .....  | 46      | 54      |

| Designação  | Números | Páginas |
|---|---------|---------|
| Centenário de Guerra Junqueiro .....  | 47      | 37      |
| Cerimónias do 803.º aniversário da tomada de Lisboa aos mouros (As) .....         | 47      | 41      |
| Clero ( <i>Vide Aqueduto das Águas Livres</i> )                                   |         |         |
| Congresso das Capitais — II (O) .....   | 47      | 5       |
| D   |         |         |
| Documentação artística do pintor lisbonense Joaquim Marques (1755-1822) .....     | 46      | 5       |
| E   |         |         |
| Emprego da conjutiva «de» na formação dos topónimos com nomes de pessoas (O) .... | 46      | 41      |
| Esperança ( <i>Vide O Mosteiro da</i> )   |         |         |
| F   |         |         |
| Feira Popular ( <i>Vide O Pavilhão Municipal</i> )                                |         |         |
| Fernão de Magalhães ( <i>Vide Monumento a</i> )                                   |         |         |
| Festas populares de Junho .....   | 45      | 45      |
| G   |         |         |
| Garrett e Herculano — Homenageados pela Câmara Municipal .....                    | 46      | 40      |
| Guerra Junqueiro ( <i>Vide Centenário de</i> )                                    |         |         |
| H   |         |         |
| Herculano ( <i>Vide Garrett</i> )   |         |         |
| Homenagem ( <i>Vide Garrett e Herculano</i> )                                     |         |         |
| Homenagem de Lisboa à cidade de Madrid .....                                      | 47      | 29      |
| Homens do Porto que escreveram sobre Lisboa .....                                 | 44      | 31      |
| I   |         |         |
| Inauguração do monumento a João do Rio .....                                      | 46      | 33      |
| J   |         |         |
| 66 João do Rio ( <i>Vide Inauguração do monumento a</i> )                         |         |         |
| Joaquim Marques ( <i>Vide Documentação artística</i> )                            |         |         |
| Junho ( <i>Vide Festas populares</i> ) e ( <i>Vide Santos de</i> )                |         |         |

| Designação  | Números | Páginas |
|---|---------|---------|
| <b>L</b>  |         |         |
| <b>Legislação e Jurisprudência <i>Vide Secção Jurídica</i></b>                                      |         |         |
| <b>Lisboa</b>   |         |         |
| Camilo nascido em — nunca foi um lisboeta .....   | 44      | 12      |
| Homens do Porto que escreveram sobre — .....  | 44      | 31      |
| Os negros em — .....  | 44      | 51      |
| Os tentáculos das cidades — Referências especiais a — .....   | 44      | 5       |
|   | 45      | 27      |
| A Câmara Municipal de — e a política do espírito (A inauguração do monumento a Sousa Viterbo) ..... | 45      | 23      |
| Visita do Presidente do Município de Madrid à cidade de — .....                                     | 45      | 5       |
| Cancioneiro de — .....  | 46      | 53      |
| — e suas peculiaridades em títulos de peças teatrais .....  | 46      | 55      |
| Visita do Presidente do Município de — à cidade de Madrid .....                                     | 46      | 19      |
| Homenagem de — à cidade de Madrid .....   | 47      | 29      |
| <i>(Vide O Topónimo Lisboa)</i>   |         |         |
| Corimónia do 803.º aniversário da tomada de — .....   | 47      | 41      |
| <i>(Vide Congresso das capitais)</i>  |         |         |
| <i>(Vide O Pavilhão Municipal na Feira Popular)</i>   |         |         |
| <b>M</b>  |         |         |
| <b>Madrid <i>(Vide Homenagem de Lisboa e Vide Visita do Presidente do Município de Lisboa)</i></b>  |         |         |
| <b>Memórias <i>(Vide Relâmpagos da vida)</i></b>  |         |         |
| <b>Monumento <i>(Vide Inauguração a João do Rio)</i></b>  |         |         |
| Monumento a Fernão de Magalhães .....   | 47      | 35      |
| <b>Monumentos <i>(Vide Garrett, Herculano e João do Rio)</i></b>                                    |         |         |
| Mosteiro da Esperança (O) .....   | 45      | 11      |
|   | 46      | 13      |
| <b>N</b>  |         |         |
| Negros em Lisboa (Os) .....   | 44      | 51      |
| <b>P</b>  |         |         |
| Pavilhão municipal na Feira Popular e a actividade cinematográfica no ano de 1950 (O) .....         | 47      | 50      |
| <b>Peças teatrais <i>(Vide Lisboa e suas peculiaridades)</i></b>                                    |         |         |
| <b>Procissões <i>(Vide As três esplendorosas)</i></b>   |         |         |
| <b>Providências municipais <i>(Vide Secção Jurídica)</i></b>  |         |         |
| <b>R</b>  |         |         |
| Relâmpago da vida — Memórias (No) .....   | 44      | 47      |



| Designação  | Números              | Páginas              |
|---|----------------------|----------------------|
| <b>S</b>  |                      |                      |
| Santo António ( <i>Vide Tronos</i> )                                    |                      |                      |
| Santos de Junho — À Margem do concurso da quadra popular .....          | 45                   | 51                   |
| Secção Jurídica   |                      |                      |
| Providências municipais .....   | 44<br>45<br>46<br>47 | 50<br>65<br>65<br>55 |
| Legislação e Jurisprudência .....                                       | 44<br>45<br>46<br>47 | 61<br>67<br>67<br>55 |
| Bibliografia .....  | 44<br>45<br>46<br>47 | 67<br>74<br>73<br>62 |
| Soldado de Olisipo combatente nas guerras cantábras (Um) .....          | 44                   | 17                   |
| Sousa Viterbo ( <i>Vide Câmara Municipal de Lisboa</i> )                |                      |                      |
| <b>T</b>  |                      |                      |
| Tentáculos das cidades — Referências especiais a Lisboa (Os) .....      | 44<br>45             | 5<br>27              |
| Tomada de Lisboa aos Mouros ( <i>Vide Cerimónias</i> )                  |                      |                      |
| Topónimo Lisboa (O) .....   | 46                   | 12                   |
| Tradição lisboeta que revive (Uma) — Os tronos a Santo António .....    | 45                   | 59                   |
| Três esplendorosas procissões (As) .....                                | 44                   | 27                   |
| Tronos a Santo António ( <i>Vide Uma tradição lisboeta que revive</i> ) |                      |                      |
| <b>U</b>  |                      |                      |
| Último marialva (O) .....   | 47                   | 47                   |
| <b>V</b>  |                      |                      |
| Visita do Presidente de Madrid à cidade de Lisboa .....                 | 45                   | 5                    |
| Visita do Presidente do Município de Lisboa à cidade de Madrid .....    | 47                   | 19                   |



# ÍNDICE DOS COLABORADORES

| Designação  | Números | Páginas |
|---|---------|---------|
| <b>A</b>  |         |         |
| <b>Almeida — Renato de</b><br>Uma tradição lisboeta que revive — (Epístola sobre) .....                                   | 45      | 59      |
| <b>Andrade — Ferreira de</b><br>Homens do Porto que escreveram sobre Lisboa .....   | 44      | 31      |
| <b>B</b>  |         |         |
| <b>Barros — Joaquim Virgolino Macedo de (Dr.)</b><br>Secção Jurídica — Legislação e Jurisprudência (Em todos os números). |         |         |
| <b>Borges — António Baptista</b><br>Primeira visão .....  | 46      | 54      |
| Última visão .....  |         |         |
| <b>C</b>  |         |         |
| <b>Cascudo — Câmara</b><br>Tronos a Santo António .....   | 45      | 60      |
| <b>Cortez — Russel (Dr.)</b><br>Um soldado de Olisipo combatente das guerras cantábricas .....                            | 44      | 17      |
| <b>D</b>  |         |         |
| <b>Dias — Jaime Lopes (Dr.)</b><br>Santos de Junho à margem do concurso da quadra popular .....                           | 45      | 51      |
| Uma tradição lisboeta que revive. Os Tronos a Santo António .....   | 45      | 59      |
| <b>Durão — Américo (Dr.)</b><br>Arraial .....   | 46      | 55      |
| <b>E</b>  |         |         |
| <b>Espinho — José</b><br>O Pavilhão Municipal na Feira Popular e actividade cinematográfica do ano de 1951                | 47      | —       |
| <b>Estêvam — José</b><br>Os negros em Lisboa .....  | 44      | 51      |
| O aqueduto das Águas Livres — A condução das águas ao Bairro Alto .....   | 46      | 45      |
| O aqueduto das Águas Livres e o clero .....   | 49      | 51      |

| Designação  | Números | Páginas |
|---|---------|---------|
| <b>F</b>  |         |         |
| <b>Figueira — Luís</b><br>Festas populares de Junho .....   | 45      | 45      |
| <b>G</b>  |         |         |
| <b>Gomes — Sousa</b><br>O topónimo Lisboa .....   | 46      | 12      |
| <b>M</b>  |         |         |
| <b>Madahil — A. G. da Rocha</b><br>Documentação artística do pintor lisbonense Joaquim Marques (1755-1822) .....                    | 46      | 5       |
| <b>Mello — Rodrigo de</b><br>Camiló nascido em Lisboa nunca foi um lisboeta .....   | 44      | 12      |
| Lisboa e suas peculiaridades em títulos de peças teatrais .....   | 46      | 55      |
| <b>N</b>  |         |         |
| <b>Noronha — Eduardo de</b><br>No relâmpago da vida — Memórias .....  | 44      | 47      |
| O Barão de Oliveira (Barata Loira) .....  | 46      | 29      |
| O último marialva .....   | 47      | 47      |
| <b>Q</b>  |         |         |
| <b>Quadros — Luis de</b><br>A visita do Presidente do Município de Madrid à cidade de Lisboa .....                                  | 45      | 5       |
| O II Congresso das Capitais .....   | 47      | 5       |
| A visita do Presidente do Município de Lisboa à cidade de Madrid .....  | 47      | 19      |
| <b>S</b>  |         |         |
| <b>Saboya — Salvador</b><br>As três esplendorosas procissões que, há trinta anos, mobilizavam a maioria da população lisboeta ..... | 44      | 27      |
| <b>Schwalbach — Luis (Dr.)</b><br>Os tentáculos da cidade — Referências especiais a Lisboa .....                                    | 44      | 5       |
| Os tentáculos da cidade — Referências especiais a Lisboa ( <i>Continuação</i> ) .....   | 45      | 27      |
| <b>Silva — A. Vieira da (Eng.º)</b><br>O mosteiro da Esperança .....  | 45      | 11      |
| O mosteiro da Esperança ( <i>Continuação</i> ) .....  | 46      | 13      |



# ÍNDICE DAS GRAVURAS

| Designação   | Números | Páginas |
|--|---------|---------|
| <b>A</b>   |         |         |
| Alberto Pimentel — Por Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro (De «A Paródia», Janeiro, 1909) .....                                   | 44      | 42      |
| Alberto de Oliveira — Por Manuel Gustavo (Do «António Maria, 17 de Maio de 1894) .....   | 44      | 45      |
| Alcalde de Madrid — Visita Lisboa — 11 aspectos .....  | 45      | 8-AB    |
| Alegoria ao Príncipe-Regente D. João (Colecção Rocha Madall) .....   | 46      | 8-B     |
| Almeida Garrett ( <i>Vide Saraiva de Carvalho — Rua</i> )  |         |         |
| Almeida Garrett — Por Rafael Bordalo Pinheiro (Da obra de Júlio César Machado «Os Teatros de Lisboa» .....                     | 44      | 36      |
| <i>(Vide Prédio na Rua Saraiva de Carvalho)</i>  |         |         |
| António Nobre — Do «António Maria», Maio, 1892 .....   | 44      | 44      |
| Avenida Brasil — Prédio oferecido pela Colónia Portuguesa da Nação Irmã a Carlos Malheiro Dias e onde o escritor faleceu ..... | 44      | 36-A    |
| António Augusto Teixeira de Vasconcelos — Por Rafael Bordalo Pinheiro (de «O Calcanhar de Achilles» .....                      | 44      | 41      |
| <b>C</b>   |         |         |
| Carregadores à beira rio, e barqueiros .....   | 46      | 48-A    |
| Calçada dos Caetanos ( <i>Vide Prédio onde faleceu Ramalho Ortigão</i> )   |         |         |
| Camões (Luís de) — Lançamento da primeira pedra do monumento a — Gravura em madeira desenho de Nogueira da Silva .....         | 44      | 50-A    |
| Capa — A Caravela — Desenho de José Espinho .....  | 44/47   | Capa    |
| Cena campestre — Descanso no caminho .....   | 46      | 8-C     |
| Centenário ( <i>Vide Guerra Junqueiro</i> )  |         |         |
| Cerimónias do 803.º aniversário da tomada de Lisboa aos mouros — 5 aspectos .....  | 47      | 44-AB   |
| Cortejo no Tejo — Pintura a óleo sobre tela atribuída a Noel .....   | 40      | 40-A    |
| Cruz manuelina do cruzeiro da Esperança — Anverso e reverso .....  | 45      | 16-D    |
| Carlos Malheiro Dias — Por Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro (De «A Paródia», Março de 1900) .....                               | 44      | 43      |

| Designação  | Números | Páginas |
|---|---------|---------|
| <b>D</b>  |         |         |
| Descimento da cruz .....  | 46      | 16-C    |
| Desenhos, portadas e aberturas de artigos   |         |         |
| N.º 44 — Páginas 1, 4, 5, 11, 13, 17, 20, 25, 27, 30, 31, 46, 47, 50, 51, 55, 57, 59, 60, 61, 67 e 68.          |         |         |
| N.º 45 — Páginas 1, 5, 10, 22, 23, 27, 44, 45, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 67, 73, 74 e 75.                         |         |         |
| N.º 46 — Páginas 1, 4, 5, 11, 27, 29, 32, 38, 41, 42, 43, 50, 51, 53, 55, 61, 63, 65, 66, 67, 73 e 74.          |         |         |
| N.º 47 — Páginas 1, 4, 5, 19, 40, 41, 46, 47, 51, 53, 54, 55, 62 e 63.  |         |         |
| Dinis ( <i>Vide Júlio</i> )   |         |         |
| <b>E</b>  |         |         |
| Escola Politécnica (Rua) — 2.º andar do prédio n.º 23 onde faleceu Sousa Viterbo ....                           | 44      | 36-A    |
| Extracto duma vista panorâmica de Lisboa — Anónima — De cerca de 1769 .....                                     | 45      | 16-C    |
| <b>F</b>  |         |         |
| Fachada do edificio do quartel de Sapadores Bombeiros na Avenida D. Carlos I .....                              | 46      | 24-A    |
| Família sagrada (A) — Uma Santa e uma Doadora (D. Joana de Eça?) .....  | 46      | 16-A    |
| Feira Popular ( <i>Vide Pavilhão Municipal</i> )  |         |         |
| Fernão de Magalhães — Inauguração do monumento a — 3 aspectos .....   | 47      | 35/37   |
| Festas populares de Junho (Marchas populares) — 8 aspectos .....  | 45      | 50-ABC  |
| <b>G</b>  |         |         |
| Garrett ( <i>Vide Almeida</i> )   |         |         |
| Garrett e Herculano .....   | 47      | 38-A    |
| Grupo de sécias e peraltas preparando-se para um passeio no Tejo — Coleção Rocha Madail .....                   | 47      | 8-A     |
| Guerra Junqueiro (Centenário de) — Aspecto da cerimónia .....   | 46      | 37      |
| <b>H</b>  |         |         |
| Herculano ( <i>Vide Garrett</i> )   |         |         |
| <b>J</b>  |         |         |
| Jerónimos — Porta principal da igreja dos .....   | 44      | 16-A    |
| João do Rio — Inauguração do monumento a .....  | 46      | 35      |
| 72 Joaquim de Vasconcelos — Pelo Dr. Manuel Monterroso (De «O Tripeiro», n.º 10, Fevereiro, 1499) .....         | 44      | 41      |
| Júlio Dinis — Máscara por Leal da Câmara (Do Catálogo da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, 1949) ..... | 44      | 37      |

| Designação  | Números | Páginas |
|---|---------|---------|
| <b>L</b>  |         |         |
| Lançamento ( <i>Vide Camões</i> )   |         |         |
| Lápide ( <i>Vide Guerra Junqueiro</i> )   |         |         |
| Lisboa ( <i>Vide Alcalde de Madrid visita</i> )   |         |         |
| Lisboa <i>Vide Cerimónias do 803.º aniversário</i> )  |         |         |
| <b>M</b>  |         |         |
| Macedo ( <i>Vide Sousa</i> )  |         |         |
| Malheiro Dias (Carlos)  |         |         |
| Prédio onde o escritor faleceu .....  | 44      | 36-B    |
| Por Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro (De «A Paródia», Março de 1900) .....   | 44      | 43      |
| Marchas populares ( <i>Vide Festas populares de Junho</i> )   |         |         |
| Monumentos  |         |         |
| ( <i>Vide Fernão de Magalhães</i> )   |         |         |
| ( <i>Vide João do Rio</i> )   |         |         |
| Mosteiro da Esperança .....   | 45      | 11      |
| ( <i>Vide Plantas, Vista, Extracto e Cruz, Família Sagrada, Santa Clara e Descimento da Cruz</i> )                        |         |         |
| <b>N</b>  |         |         |
| N. S. da Piedade da Esperança — Reproduzido da obra «Monumentos Sacros de Lisboa», em 1883 por Luís Gonzaga Pereira ..... | 46      | 17      |
| Nobre ( <i>Vide António</i> )   |         |         |
| <b>P</b>  |         |         |
| Painel de azulejos com personagens tomando uma refeição ao ar livre .....   | 46      | 20-A    |
| Painel de azulejos com figuras tocando e dançando .....   | 46      | 20-A    |
| Parada inferior do quartel dos bombeiros .....  | 46      | 24-A    |
| Passoio Público em 1857 (O) — Desenho de Manuel Bordalo Pinheiro e gravura de João Maria Baptista Coelho .....            | 46      | 28      |
| Pavilhão Municipal na Feira Popular e a actividade cinematográfica no ano de 1950 (O) — 3 aspectos .....                  | 47      | 49      |
| Pescadores à beira dum rio, puxando as redes .....  | 46      | 8-C     |
| Planta actual (1950) do sítio do Mosteiro da Esperança .....  | 45      | 19      |
| Planta do andar superior do edifício do Mosteiro da Esperança .....   | 46      | 15      |
| Planta do andar térreo do edifício do Mosteiro da Esperança .....   | 46      | 14      |
| Planta do Largo da Esperança em 1752 .....  | 45      | 14      |

| Designação  | Números | Páginas     |
|---|---------|-------------|
| Planta do Mosteiro da Esperança no meado do Século XIX .....  | 45      | 18          |
| Planta do quartel do Corpo de Bombeiros Municipais — Construído no terreno do Mosteiro da Esperança na Avenida D. Carlos I .....              | 46      | 23          |
| Planta do sítio e do Mosteiro da Esperança em 1807 .....  | 45      | 13          |
| Porta principal da Igreja dos Jerónimos .....   | 44      | 16-A        |
| Prédio da Avenida do Brasil (onde faleceu Carlos Malheiro Dias) .....   | 44      | 36-A        |
| Prédio da Calçada dos Caetanos (onde faleceu Ramalho Ortigão) .....   | 44      | 36-B        |
| Prédio da Escola Politécnica (onde faleceu Sousa Viterbo) .....   | 44      | 36-A        |
| Prédio da Rua Saraiva de Carvalho (onde faleceu Almeida Garrett) .....  | 44      | 36-B        |
| Presidente do Município de Lisboa à cidade de Madrid (Visita do) — 4 aspectos .....   | 47      | 22/23       |
| <b>R</b>  |         |             |
| Ramalho Ortigão — Por Rafael Bordalo Pinheiro (desenho «Dos pontos nos ii», 1885)   | 44      | 38          |
| Ramalho Ortigão ( <i>Vide Prédio da Calçada dos Caetanos</i> )  |         |             |
| Rio ( <i>Vide João do</i> )   |         |             |
| Rua da Escola Politécnica, 2.º andar do edifício n.º 43 onde faleceu Sousa Viterbo .....  | 44      | 36-A        |
| Rua Saraiva de Carvalho ( <i>Vide Saraiva</i> )   |         |             |
| <b>S</b>  |         |             |
| Saltimbancos no Largo do Corpo Santo — Pintura a óleo sobre tela, assinada A. E. Hoffman .....  | 45      | 20-A        |
| Santa Clara e o exército de Frederico II .....  | 46      | 16-B        |
| Saraiva de Carvalho (Rua) — Prédio onde faleceu Almeida Garrett .....   | 44      | 36          |
| Sousa Macedo (António de) — Gravura de Barbosa Lima (Do «Arquivo Pitoresco», Vol. V, 1862, pág. 368) .....                                    | 44      | 35          |
| Sousa Viterbo (Francisco Marques de) — Por Rafael Bordalo Pinheiro do «António Maria», 16/2/1822) .....                                       | 44      | 40          |
| Sousa Viterbo ( <i>Vide Rua da Escola Politécnica</i> )   |         |             |
| <b>T</b>  |         |             |
| Teixeira de Vasconcelos (António Augusto) — Desenho de Rafael Bordalo Pinheiro, de «O Calcanhar de Achilles», 1870 .....                      | 44      | 41          |
| 74 Terreiro do Paço (O) — Pintura a óleo sobre tela assinada por Dirck Stoop .....  | 45      | 44-A        |
| Texto da comunicação que pelo sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, foi enviado ao ilustre presidente do Ayuntamiento de Madrid ..... | 47      | 30, 31 e 32 |
| Torre dos Clérigos — Porto.   |         |             |

| Designação   | Números | Páginas |
|--|---------|---------|
| V  |         |         |
| Vale do Pereiro (Vista do) — (Pintura a óleo sobre tela assinada Cristino, 1859) .....   | 46      | 54-A    |
| <b>Vasconcelos</b><br>(Vide António Augusto Teireira de)<br>(Vide Joaquim de)  |         |         |
| <b>Visita</b><br>(Vide Presidente do Município de Lisboa)<br>(Vide Alcalde de Madrid)  |         |         |
| Vista da igreja do Mosteiro da Esperança .....   | 45      | 20-B    |
| Vista da Rua D. Carlos em construção em 1900 — Tirada do norte para sul .....  | 46      | 20-B    |
| Vista do Largo da Esperança nos princípios da última década do Século XIX — Tirada do sul para o norte .....   | 45      | 20-A    |
| Vista do sítio e do Mosteiro da Esperança no Século XVI 1593, segundo a vista panorâmica Olissipo de Jorge Bráunio .....   | 45      | 16-A    |
| Vista do sítio e do Mosteiro da Esperança no Século XVIII 1734? segundo a vista panorâmica de Lisboa em azulejos — actualmente no Museu das Janelas Verdes ..... | 45      | 16-B    |





